



**CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ALAGOAS – SR (22) /AL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

MACEIÓ/AL
Abril de 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2016
INCRA – SR 22

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA
Superintendência Regional 22 – ALAGOAS



Lista de siglas e abreviações

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microssistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI – Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB – Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGE - Plano Geral de Estatísticas
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PC – Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RB – Relação de Beneficiários
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar

SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Quadro 1 - Identificação da UJ	09
Quadro 2 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 1	10 e 11
Quadro 3 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 2	12
Quadro 4 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 3	13
Quadro 5 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 4	14
Quadro 6 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 5	15
Quadro 7 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 6	16
Quadro 8 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária	18
Quadro 9 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar.....	19
Quadro 10 - Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária	27
Quadro 11 - Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar*	28
Quadro 12 - Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do Macroprocesso	33 e 34
Quadro 13 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar	35 e 36

Sumário

<u>1- Apresentação</u>	8
<u>2- Visão geral da unidade prestadora de contas</u>	9
2.1- Identificação da unidade	9
<u>3- Planejamento organizacional e resultados</u>	10
3.1- Planejamento e resultados alcançados	10
3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos	15
3.3- Desempenho operacional	15
<u>4- Governança, gestão de riscos e controles internos</u>	31
4.1- Atuação da unidade de auditoria interna	31
4.2- Gestão de riscos e controles internos	31
<u>5- Áreas especiais da gestão</u>	37
5.1- Gestão de pessoas	37
<u>6- Relacionamento com a sociedade</u>	42
A Superintendência do INCRA em Alagoas, através da Divisão de Desenvolvimento, responsável pelas famílias assentadas beneficiárias do Programa de Reforma Agrária, em articulação com a Ouvidoria Agrária, responsável em especial pelo atendimento às famílias acampadas, criou o Núcleo de Políticas Sociais com o objetivo dentre outros de também receber, processar e oferecer encaminhamentos aos assentados, incluindo neste núcleo também o atendimento às famílias Quilombolas.	42
6.1- Canais de acesso do cidadão	42
<u>7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro</u>	43
7.1- Desempenho orçamentário e financeiro do exercício	43
7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	44
7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber	45
<u>8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle</u>	45
8.1- Tratamento de deliberações do TCU	45
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	46
8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por danos ao erário	46
8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	47
<u>9- Anexos e apêndices</u>	48
9.1-Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ	48
9.2- Resultados do atendimento ao público externo	50
9.3- Memória de cálculo dos indicadores	51
9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares	51

1- Apresentação

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Em Alagoas, o INCRA está representado pela Superintendência Regional (SR-22) e compõe órgão descentralizado desta autarquia.

O Relatório de Gestão do Exercício de 2016 referente à Superintendência Regional do INCRA em Alagoas foi desenvolvido em conformidade com o disposto na Instrução Normativa TCU nº 63 de 01/09/2010, da Decisão Normativa TCU nº 154 de 19/10/2016, da Portaria TCU nº 59 de 17/01/2017 e demais dispositivos legais.

Objetiva, igualmente, apontar os gargalos internos e externos de gestão e propor vias para sua superação. Foi elaborado de maneira democrática e participativa pelo Grupo de Trabalho criado através da Ordem de Serviço INCRA/SR-22/AL/GAB/Nº 16/2017, de 22 de fevereiro de 2017, sob coordenação das servidoras Patrícia Angélica de Almeida Moleda e Dayse Alana Pereira da Silva e execução do assegurador de Planejamento e Controle com a ajuda de representantes das quatro divisões. A metodologia utilizada foi a distribuição inicial do trabalho de preenchimento de cada parte do documento à Divisão responsável pelos programas e ações de sua competência. Este Relatório de Gestão 2015 da Superintendência Regional do Incra em Alagoas (SR-22) foi elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN TCU n.º 134/2013, Manual do Tribunal de Contas da União para confecção do Relatório de Gestão (Secex – Ambiental– 2DT, 12/2013) e das orientações do órgão de controle interno. Devido às peculiaridades da realidade no qual está SR/22 está inserida, os seguintes pontos propostos não tinham como ser preenchidos:

- 1) Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia;
- 2) Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício;
- 3) Detalhamento da atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento;
- 4) Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor;
- 5) Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal.

2- Visão geral da unidade prestadora de contas

2.1- Identificação da unidade

INCRA

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DE ALAGOAS – SR-22/AL

Quadro 1 - Identificação da UJ

Poder e órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)		
Natureza jurídica: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		CNPJ: 00.375.972/0023-76
Principal atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Código SIORG: 4144	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373051
Contatos		
Telefones/fax: 82 3201-1950 / 3201-1952		
Endereço postal: Rua do Imperador, n 105, Centro, 57020-030, Maceió – AL.		
Endereço eletrônico: publico@incra.gov.br		
Página na internet: www.incra.gov.br		

Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
37.201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

3- Planejamento organizacional e resultados

3.1- Planejamento e resultados alcançados

As metas fixadas para o exercício alinham-se aos objetivos estratégicos pactuados no Caderno de Metas elaborado, e à revisão através da Resolução N°- 49, de 29 de novembro de 2016. Foram estabelecidas metas para diversas ações sob gestão das Superintendências, obedecendo ao orçamento disponibilizado pela Sede.

Importante destacar que, durante o Exercício de 2016, ocorreram cortes e contingenciamentos que impactaram negativamente nos repasses orçamentários e financeiros, situações essas que prejudicaram sobremaneira a execução de diversas atividades, conforme será detalhado ao longo deste relatório.

Apresentaremos a seguir as informações referentes ao planejamento e resultados alcançados através dos 06 (seis) objetivos estratégicos finalísticos estabelecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

3.1.1- Nome do objetivo estratégico 1

Objetivo Estratégico 01: Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

i. Descrição

Quadro 2 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 1

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	Famílias	500	326
Número de famílias atendidas com assistência técnica	Famílias	6.000	5.748
Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)	Famílias	-	609
Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	Famílias	-	-
Número de créditos instalação supervisionados	Crédito	1.500	2.044
Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	PAs	-	23
Número de assentamentos com licença ambiental protocolada	PAs	-	-
Número de assentamentos com regularização ambiental Requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR	PAs	-	146
Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica	Profissional	-	-
Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional	-	-

Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA	Trabalhador	1.200	1.087
--	-------------	-------	-------

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O Objetivo 01 engloba atividades de desenvolvimento dos projetos de assentamento e regularidade ambiental. Das 11(onze) ações, se observa o não estabelecimento de metas em 05 (cinco) dessas atividades. A ação de Ater e Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária são de continuidade, ou seja, contratos em anos anteriores.Com resultados, ao longo do exercício de 2016, foram 07 (sete) atividades executadas diretamente pela Superintendência Regional no Estado de Alagoas - SR-22/AL, quais sejam: assistência técnica, Terra Sol,supervisão de crédito, crédito instalação, infraestrutura, Supervisão Ocupacional, Formação Profissional e gestão ambiental. As análises destes resultados estão dispostas neste relatório nos macroprocessos e seus itens.

iii. Resultados estratégicos previstos

Objetivo Estratégico 02: Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.

i. Descrição

Quadro 3 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 2

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	Imóvel	-	-
Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada	Imóvel	-	-
Número de Sistemas cadastrais e cartográficos mantidos	Sistema	-	-
Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO	ha	-	-
Número de imóveis rurais georreferenciados	Imóvel	-	-
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	Famílias	-	-
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	Título	-	-
Número de imóveis rurais regularizados,via direta, incluindo legitimação de Posses até 100 ha nos estados RS, SC, PR, SP e MS	Imóvel	-	-
Número de imóveis rurais regularizados,via indireta	Imóvel	-	-

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O Objetivo 02 representa atividades de gerenciamento da estrutura fundiária, condições prévias a documentação das parcelas em projetos de assentamentos. As análises destes resultados estão dispostas neste relatório no macroprocesso do Ordenamento Fundiário e seus itens.

iii. Resultados estratégicos previstos

Objetivo Estratégico 03: Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.

i. Descrição

Quadro 4 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 3

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados	ha	-	-
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	Imóvel	-	-
Número de famílias assentadas	Família	-	-
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	ha	-	-
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	ha	-	-
Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionada (laudo entregue)	Lote	-	-

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O Objetivo 03 engloba atividades prévias à criação dos projetos de assentamento e supervisão de projetos de assentamentos que resultam no acompanhamento efetivo das parcelas, regularidade da família assentada ou a retomada do lote irregularmente ocupado. **Destaca-se o não cumprimento da meta de famílias assentadas, como consequência do Acórdão TCU 775/2016.** As análises destes resultados estão dispostas neste relatório no macroprocesso específico e seus itens.

iii. Resultados estratégicos previstos

Objetivo Estratégico 04: Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.

i. Descrição

Quadro 5 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 4

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento-Mulher	Mulher	0	0
Número de mulheres beneficiárias com ATER	Mulher	0	0

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Conceder crédito na modalidade fomento mulher. Beneficiar mulheres com assistência técnica.	Implantar projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote em assentamento da reforma agrária.	Promover os direitos das mulheres da reforma agrária. Promover o protagonismo e a autonomia econômica das assentadas.

Objetivo Estratégico 05: Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu desenvolvimento.

i. Descrição

Quadro 6 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 5

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados ¹	ha	-	-
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	ha	-	-
Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	Relatório	-	-
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	Relatório	-	-
Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas	Contrato	-	-

emitidos			
Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos	Título	-	-
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	ha	-	-

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O Objetivo 05 engloba as atividades a serem executadas em áreas de Comunidades remanescentes de Quilombolas. As atividades previstas para execução no exercício de 2016 foram realizadas dentro das expectativas, com algumas variações, as quais são devidamente justificáveis, conforme disposto neste relatório nos macroprocessos e seus itens.

iii. Resultados estratégicos previstos

Objetivo Estratégico 06: Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para a sucessão rural.

i. Descrição

Quadro 7 - Plano Estratégico do INCRA - Objetivo 6

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de jovens assentados (até 29 anos)	Jovem	0	0

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Leva-se em consideração o previsto na Portaria MDA nº 06/2013 que determina que no mínimo 5% dos assentados nos assentamentos acima de 20 lotes, devem ser destinados a famílias cujo um dos beneficiários tenha até 29 anos. Não há lançamento de meta, pois, não é possível prever, antecipadamente o número de jovens que desejam ser assentados. No período não ocorreu o assentamento de famílias.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Cadastrar, selecionar, legitimar e homologar nos critérios do PNRA.	Cumprir o que determina a Portaria nº 06/2013 do MDA quanto à reserva de 5% das parcelas dos assentamentos com vinte lotes ou mais, para jovens com idade até 29 anos.	Garantir acesso e permanência na terra visando o desenvolvimento sócio, ambiental e econômico.

3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	2	Prestadas	Dentro do prazo	2
			Fora do prazo	-
Total de valores repassados	2.918.323,00	Não prestadas	Dentro do prazo	-
			Fora do prazo	-

i. Providências e cronograma para cumprimento dos prazos

3.3- Desempenho operacional

3.3.1- Ordenamento da estrutura fundiária

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Quadro 8 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural							27.366,57	27.366,57	5.985,97
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos						-	-	-	-
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais							0,00	0,00	557,763,34
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional							28.387,60	28.387,60	9.052,62
210U	Gestão de Terras Públicas							0,00	0,00	0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas							106.465,32	105.075,32	12.442,57

210 Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos							0,00	0,00	0,00
----------	--	--	--	--	--	--	--	------	------	------

Quadro 9 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar*

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar

ii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica

Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2016

Processos protocolados

Estoque inicial de processos protocolados até 2015	0	
Processos protocolados em 2015	+ 0	
Processos analisados em 2015	- 0	
Estoque final de processos protocolados em 2015	= 0	

Processos analisados

Estoque inicial de processos analisados até 2015 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	0	
Processos analisados em 2015	+ 0	
Processos arquivados em 2015 (a)	- 0	
Processos certificados em 2015 (b)	- 0	
Estoque final de processos analisados até 2015 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	= 0	

Processos concluídos

Processos arquivados em 2015 (a)	+ 0	
Processos certificados em 2015 (b)	+ 0	
Total de processos concluídos (a + b)	0	

Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2016		
Processos protocolados		
Estoque inicial de processos protocolados até 2016		
Processos protocolados em 2016	+	
Processos analisados em 2016	-	
Estoque final de processos protocolados em 2016	=	
Processos analisados		
Estoque inicial de processos analisados até 2016 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)		
Processos analisados em 2016	+	
Processos arquivados em 2016 (a)	-	
Processos certificados em 2016 (b)	-	
Estoque final de processos analisados até 2016 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	=	
Processos concluídos		
Processos arquivados em 2016 (a)	+	
Processos certificados em 2016 (b)	+	
Total de processos concluídos (a + b)		

Análise

iv. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

v. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:

vi. Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal

Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal		
Estoque inicial de processos protocolados em 2016		0
Processos protocolados em 2016	+	0
Analisados em 2016	-	0
Estoque final	=	0
Planejados para atuação em 2017		0

vii. *Demonstração da atuação da Superintendência na regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal*

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

[illegible]

Agrária									
---------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
---	---	---	---	---	---	---	---	---
---	---	---	---	---	---	---	---	---

Análise

Atividade de vistoria e avaliação. A SR22 realizou um trabalho satisfatório ao longo do ano de 2016. Ao todo foram entregues laudos que totalizam uma área de 5.280 hectares, representando 70% por centos da Meta 2016 Revisada, para a SR22, que foi de 7.500 hectares de terras. O orçamento 2016 Revisado, da Divisão de Obtenção de Terras/SR22, foi de R\$ 117.200,00 (cento e dezessete mil e duzentos reais), em despesas liquidadas e pagas. O valor inclui R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para honorários periciais e o valor de R\$ 16.290,00 (dezessete mil e duzentos e reais) para cadastro, seleção e homologação de famílias.

Registre-se que a meta 2016 revisada, para área vistoriada, sofreu um acréscimo de 28% em relação a previsão inicial; ao mesmo tempo em que o orçamento 2016 revisado representou apenas 40% do orçamento previsto inicialmente. Ou seja, aumentou-se a meta e reduziu-se significativamente o orçamento.

Ressalta-se que outra área excedente de 6.084 hectares poderiam terem sido incorporados para a meta/2016 da SR22, que poderia ultrapassá-la com grande margem. Ocorre que para 2.636 hectares dessa área excedente tiveram dificuldades de ordem técnica que prejudicaram a conclusão dos laudos. O restante da área de 3.447 hectares tiveram os trabalhos iniciados no 2º semestre/2016 e os laudos somente conclusos para o ano de 2017, passando então a compor a meta desse novo ano.

Ressalta-se, também, que quase a totalidade das vistorias para cumprimento da meta/2016 foram realizadas nas terras da Empresa Laginha S/A, concentradas, principalmente no município de União dos Palmares/AL, além de Branquinha e Capela/AL, e que são objetos de processo falimentar.

A SR22 também elaborou outros laudos no ano de 2016, envolvendo propostas de acordos em ações expropriatórias, que representaram, ao todo, 4.875,00 hectares de terras, mas que não contaram para a meta da SR22.

Atividade de elaboração de cadeia dominial. Projetou-se a elaboração de 18 extratos de cadeias dominiais de imóveis rurais, que seria bem acima da Meta 2016 Revisada/SR22, de 06 (seis) extratos. Para tanto, iniciou-se a elaboração de 16 extratos, relativos justamente aos imóveis rurais da Empresa Laginha S/A.

Entretanto, os extratos não estão conclusos. Enfrentou-se sérias dificuldades com as certidões de registro fornecidas pelos cartórios, como ausência de informações mais precisas, além de textos truncados e de difícil compreensão. A SR22 finalizou apenas 02 extratos de imóveis rurais, no ano de 2016, mas que não pertencem ao bloco de imóveis das terras da Laginha. A meta revisada do exercício 2016 foi a elaboração de 06 (seis) estudos de cadeia dominial.

Atividade de Gestão Ambiental. No exercício de 2016, a SR22 realizou gestões em 18 (dezoito) projetos de assentamentos no estado de Alagoas. Os projetos contemplam 981 beneficiários da reforma agrária e 10.655 hectares. As gestões foram resultado de

planejamento interno e demandas externas, como denúncias individuais ou via Ministério Público Federal.

Ainda no âmbito ambiental, a SR-22 inscreveu 167 projetos de assentamentos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) ainda no exercício de 2015. No entanto, ao longo do ano de 2016, realizou-se ajustes / correções nos arquivos "shape" de perímetro, juntamente com Serviço de Cartografia/SR22 e a Universidade Federal de Lavras/MG. Corrigiu-se, também, outros dados cadastrais. Trabalhos adicionais, como inscrição das áreas de reserva legal dos projetos de assentamento, ainda carecem de conclusão, porque dependem de informações técnicas ainda a serem prestadas pela Cartografia/SR22. A expectativa é de superação dos impasses no ano de 2017.

ii. Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa de Reforma Agrária (PNRA)

O Governo do estado de Alagoas, que compete a administração das terras públicas/devolutas do estado, continua ano após ano, com o cadastro de terras desatualizado. Que prejudica qualquer ação no âmbito da SR22 em obter terras públicas do estado, e que sejam viáveis para a implantação de projetos de assentamentos.

É sempre bom lembrar que estado de Alagoas é o segundo menor a federação, onde há dificuldades de se identificar terras públicas. Uma exceção ocorreu com um aglomerado de 470 hectares de terras do estado, no município de Teotônio Vilela que, no ano de 2015, foram doados ao INCRA para a sua inserção no PNRA.

O estado de Alagoas, via ITERAL (Instituto de Terras de Alagoas), captou recursos há alguns anos, junto ao então Ministério do Desenvolvimento Agrário, para atividades visando a emissão de títulos de reconhecimento de domínio em 09 (nove) municípios da zona da mata alagoana. No andamento dos trabalhos, poder-se-ia identificar terras públicas passíveis de serem incorporadas ao PNRA. Não há, até então, respostas oficiais do ITERAL a respeito.

Quanto a estratégia de obtenção de terras privadas, a SR22 manteve suas ações concentradas, nos anos de 2015/2016, nas terras do Grupo Empresarial Laginha S/A, que se encontram em processo de falência na Justiça do estado. Trata-se de 11.0000 (onze mil) hectares de terras vistoriados e com potencialidades à implantação de projetos de assentamentos.

As diferentes modalidades de obtenção de terras frente as estratégias do Governo Federal e a realidade do estado de Alagoas são as seguintes:

Decreto de desapropriação. O Governo Federal diminuiu drasticamente a publicação de Decretos de Desapropriação de imóveis rurais para fins de Reforma Agrária. Afora a falta de publicação de decretos, a Regional do INCRA/SR22 enfrenta sérias dificuldades para propor a aquisição de terras no estado, pela via da desapropriação, regulamentada pela Lei nº 8.629/1993 e alterações. O motivo principal são os esbulhos possessórios provocados pelos movimentos sociais. Há uma proibição legal, prevista na Lei 8.629/93, para a realização de vistorias em terras esbulhadas. O Acórdão TCU nº 3.479/2012 reforçou a vedação.

A questão das ocupações de terras ainda é relevante no estado de Alagoas, que é um estado com pequenas dimensões geográficas e com os piores índices sociais e econômicos do país. Persiste um conflito agrário sobretudo na Zona da Mata. Há uma estimativa da SR22 de 5.000 (cinco) mil famílias de "sem-terra" no estado ocupando imóveis rurais. Não por acaso há dezenas de ações de reintegrações de posse que tramitam na Vara de Conflitos Agrários da Justiça Estadual contra os "sem-terra".

Compra e venda. A alternativa para a desapropriação das terras consiste na aquisição, pela via da compra/venda, regulamentada pelo Decreto nº 433/1992 e alterações. Trata-se de um mecanismo amplamente utilizado pela SR22.

A Divisão de Obtenção/SR22 mantém abertos processos de aquisição de terras e estimados 11.000 (dez) mil hectares com possibilidades para aquisição. Todos os processos, sem exceção, são de fazendas esbulhadas por famílias que se dizem trabalhadores rurais “sem-terra”. Os proprietários das terras ocupadas passam a usufruir de proteção legal contra a desapropriação. Mas não há restrições, desde que haja interesse das partes, de se iniciar negociações de terras esbulhadas através do mecanismo da compra / venda.

A Instrução Normativa/INCRA/nº 83/2015, publicada no D.O.U. de 06/08/2015, estimula a aquisição de terras pela via da compra/venda. Uma vez oferecidas para transação, e após vistoria do INCRA, tais terras não sofreriam atualização cadastral, não se sujeitando a procedimentos expropriatório, na hipótese de serem classificadas como improdutivas.

Outro estímulo foi a recente publicação da Medida Provisória nº 759, de 22/12/2016, que alterou a forma de pagamento das terras objetos de transação pela compra/venda. O pagamento passou a ser integralmente em espécie, quando antes se pagava a terra nua em títulos da dívida agrária, em um prazo de 05 (cinco) anos.

Adjudicação. É mais um instrumento de aquisição, mas sem histórico na SR22 até o ano de 2016. Situação que poderá se alterar nas ações de obtenção de terra em Alagoas para o ano de 2017. Processos administrativos estão sendo abertos com essa finalidade. Acertos prévios entre a Procuradoria Federal Especializada e a Procuradoria da Fazenda Nacional estão permitindo identificar imóveis rurais em fase de execução fiscal, por dívidas com a União, e que poderão ser incorporados ao programa de reforma agrária, desde que sejam tecnicamente viáveis à criação de um projeto de assentamento.

Há perspectivas de aumento de processos pela via da adjudicação. Pelo número razoável de execuções fiscais que tramitam contra empresas agroindustriais com sérias dificuldades financeiras ou em falência no estado. A maior vantagem (muito relevante!) é que não envolve gastos indenizatórios diretamente em favor dos proprietários endividados com a União.

Dificuldades enfrentadas pela SR22 nas ações de obtenção:

Cadeia Dominial. A Regional SR/22 enfrentou uma dificuldade extremamente preocupante à instrução dos processos de aquisição de terras independentemente da modalidade de aquisição. Trata-se da dominialidade dos imóveis rurais. A Instrução Normativa/INCRA /nº 83, de 30/07/2015, assim como as suas precursoras, recomenda a elaboração do extrato de cadeia dominial, que contenha todo o histórico de registro até o destaque do patrimônio público. Na falta do destaque, recomenda-se consulta ao Órgão de Terras do Estado para se manifestar quanto a *“legitimidade do título de domínio e a correta materialização”*.

O assunto cadeia dominial se tornou desastroso às pretensões de aquisição de terras pela SR22. É absolutamente impossível alcançar o destaque do patrimônio público com o acervo de informações disponibilizada pelos cartórios de registros e relativo aos imóveis rurais pretendidos pela SR22.

A alternativa dada pela norma também não prosperou no ano de 2016. O ITERAL (Instituto de Terras de Alagoas), Órgão competente para a emissão de títulos de domínio, após reiteradas indagações do INCRA, manifestou-se pela impossibilidade de atendimento ao solicitado, por conta da falta de acervo de informações para responder sobre *“legitimidade do título de domínio e correta materialização”*.

Na prática, a SR22 mantém processos de aquisição praticamente finalizados. A Procuradoria Federal Especializada não recomendou a aquisição das terras enquanto não fosse superado o impasse da dominialidade dos imóveis. A prova concreta da posição jurídica está nos processos de aquisição de nº 54360.000284/2014-88, nº 543660.000284/2014-22 e nº 54360.000286/2014-77, que foram conduzidos ao INCRA/DF, mas devolvidos à SR22, por recomendação jurídica, dada a ausência do destaque e de manifestação do ITERAL a respeito do domínio e materialização.

O INCRA/SR22 reiterou Ofícios de consulta ao ITERAL ao longo do ano de 2016. Novas reiteraões serão feitas na primeira quinzena de janeiro/2017. Outras medidas devem ser estudadas a curto prazo (janeiro/fevereiro/2017).

Nessa questão, a SR22 está muito próxima de formaliza um convênio com o ITERAL especificamente para tratar do assunto "*legitimidade do título de domínio e correta materialização*" relativos aos imóveis rurais pretendidos pelo INCRA. Em fevereiro/2017, os gestores assinaram "minuta" de termo de convênio. A Procuradoria Federal Especializada/SR22 opinou favoravelmente, considerando a relevância do assunto. A perspectiva é de viabilizar o convênio em abril/2017.

Viaturas para atividades de campo. Dificuldade operacional. O INCRA/SR22 manteve em 2016 uma frota muito limitada de veículos (cinco ao todo), em condições de uso, para a manutenção de suas atividades pelo interior do estado. Em boa parte do ano de 2016, a Divisão de Obtenção dispunha de apenas um único veículo apropriado (caminhonete) às vistorias de terras. A situação se agravou nos últimos meses de 2016. Houve mais restrições por causa de outras ações prioritárias da SR22. Foi então necessária a cessão de um veículo do IBAMA para viabilizar os trabalhos de campo da Divisão de Obtenção.

Pela mesma dificuldade, o Serviço de Meio Ambiente/SR22 também foi muito afetado nas suas atividades de monitoramento nos projetos de assentamentos.

Destaca-se que persiste uma crônica carência de veículos apropriados para as ações da SR22 em número suficiente. O envelhecimento da frota associado a custos altos de manutenção tende a agravar a situação da SR22. Nesse contexto, a nova Gestão da SR22, que assumiu em agosto/2016, pretende viabilizar a "locações" de veículos para suprir a demanda reprimida. Os trâmites processuais abrem a perspectiva de efetivar locações a partir de abril/2017, a depender da disposição orçamentária.

Disponibilidade orçamentária e financeira. Houve restrições ao longo do ano de 2006. O orçamento revisado/2016 para as ações da Divisão de Obtenção foi de R\$ 130.000,00, uma queda de mais de 50% em relação a previsão inicial. Faltou, também, uma disponibilidade financeira mais uniforme para o pagamento das diárias dos servidores em tempo hábil, em conformidade com o regulamento.

A queda significativa de orçamento e de consequente financeiro prejudicou diretamente o custeio das atividades de campo. Em que pese a dificuldade de orçamento associada a falta de veículos apropriados, obteve-se um rendimento satisfatório no campo, como relatado no item "análise".

iii. Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas

Obedecendo a orientações normativas, a SR22 elabora laudos de vistoria e avaliação de imóveis rurais prevendo um desconto relativo as áreas de reserva legal e preservação permanente, quando assim fosse cabível. O cálculo da recuperação do chamado "passivo ambiental" do imóvel rotineiramente passou a ser descontado do valor da terra nua que ser pago em forma de títulos da dívida agrária.

Trata-se de um valor apenas deduzido do valor indenizatório a ser pago ao proprietário das terras. Não se gera um recurso orçamentário específico.

O INCRA deveria utilizar as ações de Gestão Ambiental para a reparação dos possíveis danos ambientais constatados nos atos das vistorias. Não houve contratação, no ano de 2016, de nenhum projeto de recuperação de áreas degradadas (PRAD). Não houve disponibilidade orçamentária para tal ação.

A SR22 planeja para o exercício de 2017 a conclusão dos ajustes / correções dos 167 projetos de assentamentos inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) no exercício/2015.

O produto final permitirá um diagnóstico mais preciso das áreas ambientais degradadas e carentes de recuperação / regularização.

Ressalta-se que a conclusão definitiva dos ajustes depende de ações integradas entre o Serviço de Cartografia e Serviço de Meio Ambiental, e também da Universidade Federal de Lavras - UFLA/MG, entidade responsável pela inserção dos dados cadastrais dos projetos de assentamentos no sistema CAR, conforme convênio firmado com o Incra Sede.

Outra ressalta importante diz respeito as restrições de orçamento que também afetam diretamente as ações de regularização ambiental. Num cenário de reduzido número de servidores, inevitavelmente a SR22 deve planejar a contratação de empresas especializadas para a elaboração e execução dos projetos PRADs.

iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional

Considerando a Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal) e a Resolução CONAMA 458/2013, desobrigou-se ao INCRA/SR22 de providenciar licença ambiental prévia (LP) e de instalação e operação (LIO) para projetos de assentamento antigos e a serem criados. Exceção feita ao licenciamento de empreendimentos de infraestrutura e de projetos agrossilvipastoris, mas que devem ser solicitados pelos próprios beneficiários do programa de reforma agrária.

No âmbito do INCRA há a obrigação de inscrição dos projetos de assentamentos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) como já relatado em itens anteriores. A SR22 forneceu os dados dos projetos de assentamentos para a Universidade de Lavras/MG, órgão responsável pela inscrição no Sistema CAR.

A conclusão dos ajustes/correções já mencionados permitirá a regularização da totalidade dos 177 (cento e setenta e sete) projetos de assentamentos criados no estado de Alagoas, e que será de extrema importância para o diagnóstico de áreas degradadas e para elaboração de um possível plano de recuperação ambiental.

As restrições de orçamento prejudicaram qualquer planejamento envolvendo projetos de recuperação ambiental e ações de educação ambiental. Em que pese as dificuldades, no exercício de 2016, foram atendidas demandas oriundas da sala da cidadania envolvendo 18 projetos de assentamento.

v. Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia

Não se aplica na SR22, pois a atuação se restringe ao território do estado de Alagoas, na região nordeste do país; fora, portanto, da abrangência da Amazônia.

vi. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados.

O relatório do ano de 2015 havia projetado uma meta para montagem de Kits para os três anos seguintes: 43 kits (2016), 64 Kits (2017) e 64 Kits (2018). Ocorre que a SR22 se depara com dificuldades e necessita transferir a meta de 2016 para o ano de 2017, resultando em 107 kits para esse novo ano.

Houve dificuldade para a composição da Ordem de Serviço mencionada no relatório de gestão anterior, principalmente pela carência de servidores, frente ao acúmulo de demandas da SR22. Outra dificuldade se refere a dúvidas específicas relativo ao registro contábil que devem ser sanadas junto ao INCRA Sede.

Independente das dificuldades 53 (cinquenta e três) Kits estão prontos para abertura de processos individuais (nova recomendação) e o posterior registro no Sistema. Tratam-se, inicialmente, de casos de imóveis rurais adquiridos pela via da compra e venda, pois já detêm títulos de domínio em nome da Instituição. Os casos de desapropriações precisam de análise individual para se saber àqueles já registrados em nome do INCRA, em detrimento daqueles em que há apenas imissão na posse.

Em que pese os percalços, pode-se prever avanços importantes no registro contábil do imóveis rurais do INCRA, para o ano de 2017, visando ao atendimento do Acórdão nº 557/2004 - TCU - Plenário e do Acórdão nº 7736/2015 - TCU - 1ª Câmara.

vii. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária

A Regional SR22 estima um número de 5.000 (cinco mil) famílias acampadas no estado de Alagoas. Há uma maior concentração na zona da mata alagoana. Atualmente, destaca-se o município de União dos Palmares, onde se concentra a maior parte das terras da Empresa Laginha S/A, que entrou em processo de falência.

Ressalta-se, entretanto, que sempre se encontra inconsistência nas informações prestadas pelos movimentos sociais, relativos a CPF, RG, e outros. O CadÚnico, a ser realizado nas Prefeituras Municipais, também se tornou um instrumento decisivo para o regular cadastro de uma unidade familiar.

O cadastro no campo, realizado pelo próprio INCRA/SR22, também se mostrou eficiente e estratégico para uma apuração mais qualificada da unidade familiar candidata. Em que pese os gastos financeiros, o cadastro do INCRA oferece dados para o planejamento de vistorias de imóveis rurais e na distribuição de cestas básicas e lonas.

A carência de terras apontadas em relatórios anteriores se repete para o ano de 2016. Há dificuldades processuais de se concluir processos de aquisição avançados, por conta do embaraço da cadeia dominial, e da falta de respostas adequadas do Instituto de Terras de Alagoas (ITERAL). Tal situação que poderá se alterar de maneira positiva a partir de abril/2017, caso os esforços do INCRA, em firmar um convênio com o ITERAL, para tratar do assunto relativo a "*legitimidade do título de domínio e correta materialização*", seja assinado pelos gestores.

Nos anos 2014/2015 a meta física envolvia o assentamento de famílias, que foi fundamentalmente cumprido com os trabalhos de revisão ocupacional de lotes. Entretanto, com o advento do Acórdão TCU nº 775/2016 - Plenário e seus desdobramentos nas SRs, as atividades de cadastro, inscrição e homologação de famílias no Sistema SIPRA (Sistema de Implantação de Projetos de Reforma Agrária) foram suspensas desde dezembro/2015. A suspensão se manteve ao longo do ano de 2016 até que fossem adotadas uma sequência de providências relativas a unidades familiares em que foram constatadas irregularidades das mais variadas.

Registra-se que as ações de vistorias de imóveis rurais não foram suspensas pelo Acórdão TCU nº 775/2016. De maneira que a SR22 manteve atividades de campo no ano de 2016, conforme exposto em itens acima, que poderão atender o público-alvo no ano de 2017. O maior entrave nas vistorias foram o contingenciamento orçamentário e financeiro e limitação de viaturas.

viii. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

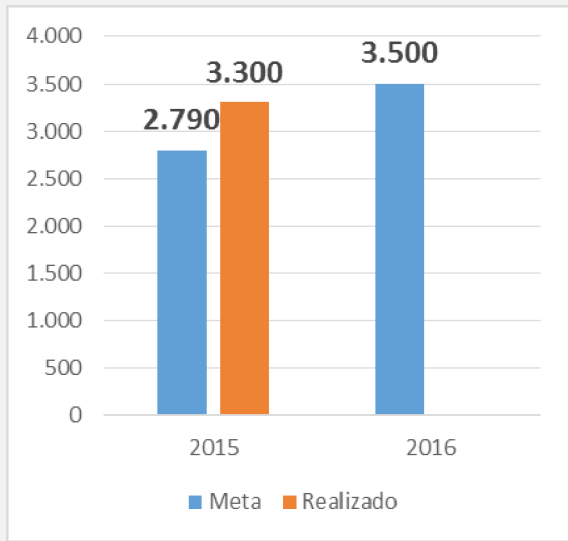
A SR22 executa suas ações de vistorias e avaliações de terras e instrução processual, em conformidade com a Norma de Execução N° 83/2015 publicada no D.O.U. em 06/08/2015.

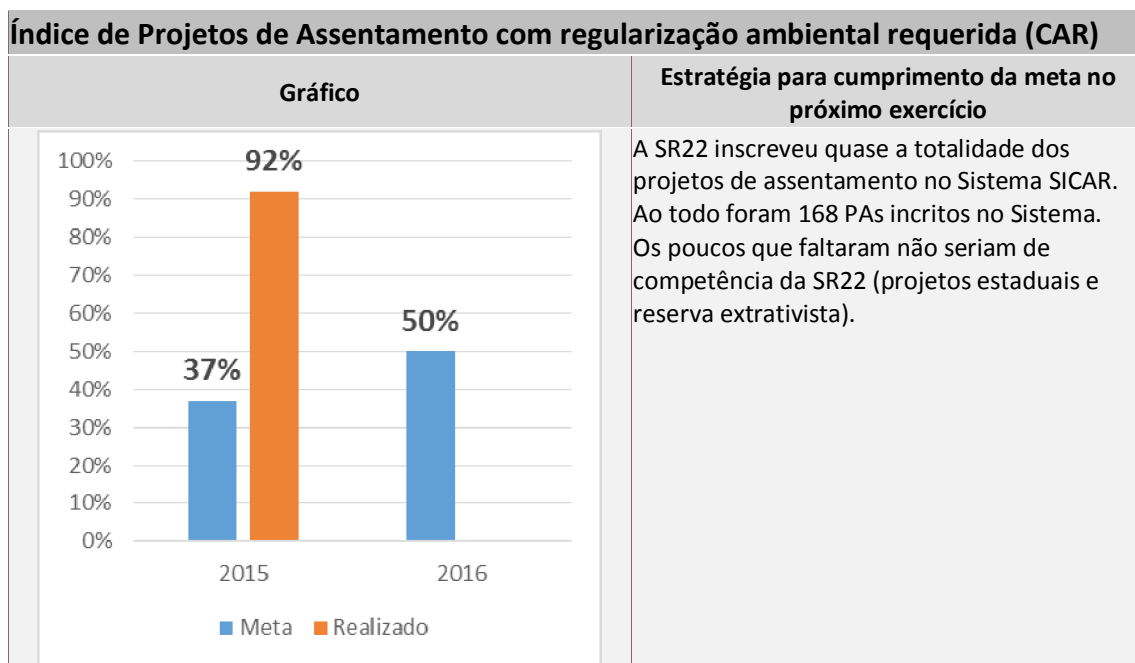
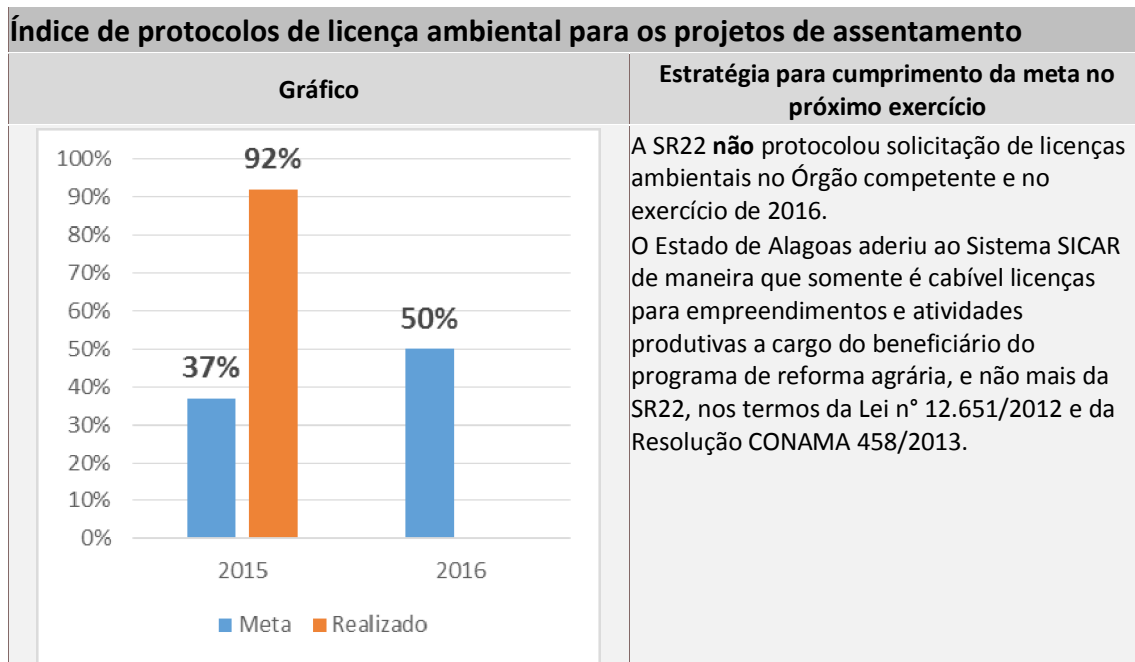
Não há sistema informatizado para controle de processos de obtenção de terras no âmbito da SR22. Não há orientações do INCRA Sede específicas. Não se ofereceu capacitação a servidores, até por conta do contingencialmente de recursos, que costuma atingir primeiramente as ações de capacitação.

Dentre os sistemas informatizados de utilização nas ações do INCRA, têm-se o SIPRA (Sistema de Implantação de Projetos de Reforma Agrária), como único sistema diretamente vinculado a rotina de atividades da Divisão de Obtenção de Terras/SR22. Os servidores envolvidos recebem treinamento e se aprimoram com o andamento dos trabalhos.

ix. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:

Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)										
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 <table><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta (R\$/ha)</th><th>Realizado (R\$/ha)</th></tr></thead><tbody><tr><td>2015</td><td>2.790</td><td>3.300</td></tr><tr><td>2016</td><td>3.500</td><td>-</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta (R\$/ha)	Realizado (R\$/ha)	2015	2.790	3.300	2016	3.500	-	A SR22 não realizou gastos diretos indenizatórios de desapropriações no exercício/2016 e não haverá para o exercício/2017. Ocorre que processos em andamento se referem a compra direta. Imóvel rural esbulhado que não pode ser desapropriado. A SR22 não realizou gastos com a compra direta no exercício/2016 por conta de pendência processual e que envolve cadeia dominial e "Reconhecimento de Título de domínio e Correta Materialização". A estratégia da SR22 será a celebração de convênio com o Órgão de Terras do Estado (ITERAL) para sanar a pendência e regularizar os processos.
Ano	Meta (R\$/ha)	Realizado (R\$/ha)								
2015	2.790	3.300								
2016	3.500	-								



• 3.3.3- Desenvolvimento de projetos de assentamento

- *i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso*

Quadro 12 - Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do Macroprocesso

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso			
Descrição	Execução física	Execução orçamentária	Execução

								financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto / unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
210 S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Família Assistida / unidade								
210 S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado / unidade								
042 7	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Família Atendida / unidade								
211 a	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade								
211 a	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Família beneficiada / unidade								
211 a	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado / unidade								
211 a	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Parcela Supervisionada / unidade								
211 A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade								
211 A	Titulação, Concessão e Destinação	Documento de titulação								

	de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	expedido / unidade								
210 T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado / unidade								
210 T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional Formado / unidade								
210 T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado / unidade								

Quadro 13 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar*

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
Ação 1										
Ação 2										
...										

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
Ação 1								
Ação 2								
...								

ii. Diagnóstico do déficit de infraestrutura em projetos de assentamento

iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento

- Assistência Técnica e a Extensão Rural-ATER

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Viabilizar a Assistência Técnica e a Extensão Rural às famílias dos Projetos de Assentamento, visando promover processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades agrícolas e não agrícolas, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais, contribuindo para a melhoria da renda, da segurança alimentar, da diversificação da produção e acesso as políticas públicas, visando alcançar a sustentabilidade econômica e socioambiental nos assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Viabilização da Assistência Técnica e da Extensão Rural às famílias assentadas de acordo com princípios e objetivos da PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária), sendo necessário para isto a realização de ações: a) de elaboração, aperfeiçoamento e implementação do plano de desenvolvimento ou de recuperação do assentamento, bem como dos projetos produtivos, sociais, ambientais e estruturantes dele decorrentes; b) de capacitação das famílias assentadas e suas organizações visando à apropriação de conhecimentos para planejamento e gestão (social, econômica e ambiental), utilização e/ou adaptação de tecnologias apropriadas a produção sustentável; c) que contemplem todas as fases das atividades econômicas, da produção à comercialização e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas; d) que orientem a organização social dos assentamentos no sentido de criar, fortalecer e qualificar as associações e outras formas organizativas das famílias beneficiárias; e) de apoio ao planejamento, supervisão e articulação das ações de ATER prestadas às famílias beneficiárias da Reforma Agrária; f) de acompanhamento, monitoramento, fiscalização e avaliação dos trabalhos de Assistência Técnica.

Os serviços de ATER, cujos mecanismos, em implementação através da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PRONATER, estão orientados para os objetivos do trabalho baseado no conhecimento da realidade local, na transferência de tecnologias e no atendimento às demandas sociais das famílias com inserção nas políticas públicas através de programas sociais. Por isso, sua execução está sujeita a uma série de fatores previsíveis e imprevisíveis que determinam o ajustamento dos serviços prestados para aperfeiçoar a obtenção do objetivo inicial.

Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER/AL, conta com 06 Contratos firmados em 08/janeiro/2013 e prorrogados até 12/05/2017 para acompanhamento de 5.748 famílias regularmente homologadas na relação de beneficiários da reforma agrária e com abrangência em 118 Projetos Assentamentos, localizados nos municípios de atuação da Superintendência Regional do INCRA em Alagoas – SR (22).

Da política de assistência técnica depende o acesso a várias outras políticas públicas, seja municipal, estadual e federal, seja de crédito, beneficiamento, comercialização, a exemplo do PRONAF A e A/C, PRONAF Jovem, PRONAF Semiárido, PRONAF Mulher, Terra Sol, Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, PNAE-Programa Nacional de Alimentação Escolar, Novo Crédito de Instalação do INCRA-Fomentos e Fomento Mulher e outros, assim como, aproximação com outras parcerias.

Além desse fator, a criação de novos Projetos de Assentamentos, torna necessária à inclusão de novos beneficiários para que sejam contemplados com todos os serviços e benefícios que as demais famílias assistidas pelas ações de ATER recebem.

Em 2016 tendo que cumprir as determinações relativos ao Acórdão nº: 775/2016 TCU, onde consignou diversas determinações ao Incra de se abster de executar as ações do Programa Nacional de Reforma Agrária para famílias beneficiárias que se encontram em situação de irregularidade quando da auditoria feita na base de dados do SIPRA - Sistema de Informação de Projeto de Reforma Agrária, ocorreram problemas para a execução dos contratos de ATER, pois o Incra Nacional demorou a disponibilizar as listas contendo essas informações, ocasionando assim, uma indefinição jurídica no que fazer principalmente nos contratos públicos de serviços de ATER. Como na SR-22/AL temos 06 contratos públicos de ATER em vigência, com prazo de execução e metas e serviços a serem executados, houve a impossibilidade de aprovar qualquer relatório que seja no SIATER, como também de realizar qualquer pagamento as empresas em virtude desta indefinição.

Para garantir essa assistência técnica, no valor de R\$ 8.159.472,68 (Oito milhões, cento e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e dois reais e sessenta e oito centavos) foram aprovados para a prestação de ATER, conforme expõe o quadro abaixo.

Contratos Vigentes -2013/2017

LOTE	EMPRESAS	Nº DE FAMÍLIAS	VALOR CONTRATOS	EMPENHOS PBSM	EMPENHOS TC	EMPENHOS JUR	TOTAL ANUAL
LOTE 01	PASTORAL DA TERRA DE ALAGOAS	532	739.418,26	R\$ 554.563,70	R\$ 184.854,57	R\$ 0,00	739.418,26
LOTE 02	CENTRO DE CAPACITAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES-ZUMBI	664	1.007.203,56	R\$ 553.961,96	R\$ 453.241,60	R\$ 0,00	1.007.203,56
LOTE 03	INSTITUTO NATURA GRO	1.098	1.633.464,46	R\$ 359.362,18	R\$ 1.192.429,06	R\$ 81.673,22	1.633.464,46
LOTE 04	CENTRO DE CAPACITAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES-ZUMBI	1.080	1.524.546,87	R\$ 0,00	R\$ 1.463.565,00	R\$ 60.981,87	1.524.546,87
LOTE 05	COOPERATIVA AGRÍCOLA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SERVIÇOS-COOATES	1.194	1.556.257,73	R\$ 0,00	R\$ 902.629,48	R\$ 653.628,25	1.556.257,73
LOTE 07	CENTRO DE CAPACITAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES-ZUMBI	1.180	1.698.581,80	R\$ 0,00	R\$ 1.341.879,62	R\$ 356.702,18	1.698.581,80
TOTAL		5.748	R\$ 8.159.472,68	R\$ 1.467.887,83	R\$ 5.538.599,32	R\$ 1.152.985,52	8.159.472,68

Lote 01-Cronograma 15/2013- DISPENSA 45/2012

Lote 02-Cronograma 09/2013- DISPENSA 46/2012

Lote 03-Cronograma 10/2013- DISPENSA 47/2012

Lote 04-Cronograma 11/2013- DISPENSA 48/2012

Lote 05-Cronograma13/2013- DISPENSA 49/2012

Lote 07-Cronograma12/2013- DISPENSA 50/2012

Famílias atendidas Chamada Pública de ATER

Nº	Nº do CONTRATO	CONTRATADA	Nº DE FAMÍLIAS	Nº DE PAs	Nº DE TÉCNICOS
1	1000/13	Pastoral da Terra de Alagoas	532	16	6
2	2000/13	Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares	664	14	8
3	3000/13	Instituto Naturagro	1.098	23	13
4	4000/13	Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares	1.080	22	14
5	5000/13	Cooperativa Agrícola de Assistência Técnica e Serviços-COOATES	1.194	27	14
3	6000/13	Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares	1.180	16	13
TOTAL			5748	118	68

4- Governança, gestão de riscos e controles internos

4.1- Atuação da unidade de auditoria interna

A SR-22/AL não foi objeto de trabalho de auditoria da Unidade de Auditoria Interna.

4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico

Os objetivos e metas institucionais estão definidos e formalizados nos instrumentos que coordenam as ações executadas, como o Caderno de Metas, publicado após aprovação pelo Conselho Diretor.

Uma vez estabelecidas as diretrizes, metas físicas e limites orçamentários, cada gestor regional tem autonomia para realizar o planejamento a nível operacional em sua Superintendência, estabelecendo atividades, definindo prazos e responsáveis, mapeando e gerindo riscos, a fim de garantir razoável segurança na consecução dos objetivos estratégicos previstos. Para isso, o gestor deve levar em conta sua capacidade operacional.

Esta primeira etapa do ciclo de gestão, que é o planejamento, fica bastante comprometida nas Superintendências Regionais, uma vez que não está formalmente institucionalizada. Não existe norma, previsão, ou mesmo orientação de metodologia por parte da Sede para o planejamento a nível regional.

Não existe também capacitação institucionalizada para planejamento e/ou gestão de riscos. Algumas regionais realizam por conta própria um planejamento a nível regional, mas não há padronização, integração, nem mesmo divulgação entre os poucos trabalhos realizados neste sentido.

A segunda etapa do ciclo de gestão é a execução. Em que pese críticas quanto à eficiência, eficácia e efetividade das normas operacionais do INCRA, o fato é que elas existem e estão devidamente institucionalizadas, formalizadas, disseminadas e são percebidas pelos servidores da autarquia.

O princípio da Legalidade da Administração Pública, que restringe a atuação somente naquilo que é permitido em lei, de acordo com os meios e formas por ela estabelecidos e segundo os interesses públicos, está devidamente incorporado às ações de seus servidores e gestores.

Qualquer ato cometido fora deste princípio será objeto de apuração específica, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, dependendo de cada situação.

A terceira etapa do ciclo de gestão, que é o Monitoramento, é realizada mensalmente por meio do Módulo de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais – SIR (<http://sir.incra.gov.br/incra>), e contempla a execução do ponto de vista físico e orçamentário de 27 (vinte e sete) Ações contidas em 10 (dez) Programas inseridos no Plano Plurianual - PPA

2016-2019, o que permite o acompanhamento do grau de execução destas ações ao longo do ano, fornecendo subsídios a seus gestores para a tomada de decisões com base nas informações disponibilizadas.

De acordo com a Instrução Normativa nº 55, de 3 de agosto de 2009, os dados relativos à execução física são inseridos no Módulo de Monitoramento e Avaliação e validados pelo Superintendente Regional, cabendo às Diretorias, por meio dos relatórios do sistema, acompanhar e analisar a evolução da execução de cada regional.

Este sistema de monitoramento não contempla o detalhamento da execução, que ainda é feito em planilhas eletrônicas.

O processo de monitoramento, embora institucionalizado e formalizado, ainda é bastante deficiente e internamente tem sido alvo de muitas críticas. Os dados de execução do INCRA ainda apresentam baixa confiabilidade, o que compromete de sobremaneira as obrigações de accountability, e informações à sociedade.

Outro aspecto importante que deve ser aqui registrado, e que também teve influência nas dificuldades acima citadas, foi o fato de que, no ano de 2016, os efeitos da crise econômica ainda vividas pelo país não permitiram uma normalidade mínima na execução de algumas ações, uma vez que, apesar da Superintendências possuírem autonomia de gestão, as mesmas não possuem dotação orçamentária e financeira próprias, e dependem, para seu funcionamento (seja nas atividades fins, como na área meio), das descentralizações e recursos por parte do INCRA/ALde.

Outros sistemas de controle da Superintendência Regional de Alagoas que garantem o cumprimento dos objetivos são: SIAFI, SIASG, SIPRA, SNCR, SNCCI, CAR, SIGEF, SNCI SIATER, SICONV, SISPROT, SISDOC, SISPAD, CGU/PAD, Sala da Cidadania, SIR/Módulo de Monitoramento de Execução das ações suas respectivas metas.

A regularidade normativa dos processos instituídos na UJ também é uma preocupação do Gestor, principalmente no que concerne à segregação das funções executados pelos servidores (CPL, contabilidade. Setor de Finanças, etc.), à conferência e revisão processual, além de outras atividades de controle exercidas no âmbito da UJ, sendo oportuno informar, como exemplo, as rotinas de controle adotadas nos pagamentos de despesas decorrentes de contratos, onde, previamente ao desembolso financeiro respectivo, ocorrem as etapas de liquidação da despesa pública, com a atuação de servidores designados como Fiscais, além da análise prévia ao pagamento, que é efetuada pelo Setorial Contábil.

A quarta e última etapa do ciclo de gestão, é a avaliação dos resultados alcançados, para subsidiar o planejamento do próximo ciclo. Ao longo de todo exercício, frequentemente são realizadas reuniões entre os gestores da regional, para acompanhamento da execução física e orçamentária, discussão das dificuldades e adoção de medidas, para que se atinjam os resultados pretendidos.

Ao final do exercício, o próprio Relatório de Gestão tem se mostrado uma boa ferramenta de avaliação e subsídio para planejamento. Entretanto, destacamos que também não está institucionalizada e formalizada na autarquia, uma metodologia de avaliação como base para o planejamento do próximo ciclo, ou seja, do próximo exercício.

As constantes mudanças de gestores e a cultura de um planejamento (quando este se faz presente), sempre a partir do zero, sem levar em consideração um diagnóstico prévio, com base na avaliação da gestão anterior, comprometem sobremaneira o desempenho da autarquia e o sucesso do PNRA.

O INCRA, enquanto Autarquia Federal responsável pelas Políticas Públicas Agrárias, se depara com um dinamismo incomum no seu cotidiano institucional (atuação/demandas de movimentos sociais diversos, por exemplo), e, muitas vezes, aquilo que se consegue planejar não é devida ou integralmente executado, justamente em virtude de situações que obrigam a uma correção de rota, ou mesmo alterações decorrentes de contingenciamentos/cortes de gastos (situação ocorrida em 2015 e 2016). Não obstante, e apesar dessa dinâmica institucional diferenciada, o fato é que o Planejamento deveria ser melhor trabalhado, implantado e disseminado no âmbito da Autarquia, em todos os seus níveis e de forma universal.

4.2.2- Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do INCRA e sistemas corporativos da administração pública

Inicialmente é essencial destacar que praticamente a totalidade dos sistemas corporativos da administração pública federal utilizados nesta Regional foram desenvolvidos e são mantidos pelo INCRA - Sede (SIPRA, SIR – Monitoramento e Avaliação, SNCCI etc.) ou foram desenvolvidos por demais entidades do serviço público federal e são acessados via web (SNCR, SCDP, SICONV, SIAFI, SIAFIWeb, etc.), de modo que a os principais controles (logs de acesso, integridade da base de dados etc.) são realizados em uma camada superior, ou seja, estão automaticamente instituídos.

Desta forma, o principal controle utilizado no INCRA-SE é o de acesso lógico relacionado à autenticação de usuários, de forma a garantir que apenas usuários autorizados tenham acesso aos recursos realmente necessários para a execução das suas atividades e que estejam impedidos de executar transações incompatíveis com sua função ou além de suas responsabilidades.

Em alguns sistemas específicos – a exemplo do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) – o acesso também é limitado pela exigência da utilização de tokens, com cadastro prévio junto à unidade do SERPRO em Alagoas. Neste caso específico, o uso dos tokens eleva o nível da integridade e da origem dos dados, ambos através de um mecanismo que não é capaz de ser forjado e que fornece a garantia elevada de que esses dados são genuínos.

Para o acesso à rede interna de computadores, o INCRA - Sede exige a entrada de um ID (identificação do usuário) e de uma senha (autenticação do usuário). Cada usuário autenticado na rede possui acesso a documentos e pastas específicas do seu setor, de modo a evitar a manipulação inadequada de informações. O próprio sistema exige que a senha seja trocada periodicamente, aumentando assim o nível de controle de acesso.

Mister registrar que, apesar dos controles internos citados anteriormente, o INCRA, de forma geral e nacional, necessita melhorar sua estrutura de Tecnologia da Informação, pois, muitas vezes, a Rede se mostra incompatível com algumas rotinas e demandas, e também sobrecarregada, o que, em tese, demanda a necessidade de uma análise, por parte dos setores competentes, visando a realização de investimentos em equipamentos, e na própria estrutura e capacidade operacional da Rede.

Como exemplo da necessidade desse aprimoramento, é fundamental citar o exemplo dos e-mails institucionais do INCRA, cuja capacidade de armazenamento é baixíssima, chegando-se ao ponto de que, em determinado momento, os servidores lotados no INCRA necessitam

apagar ou criar backups de suas mensagens, sob pena de perderem informações institucionais importantes.

4.2.3- Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1

O INCRA ainda possui algumas falhas estruturais no seu modelo de gestão, onde, mesmo com algumas medidas que vem sendo adotadas pela Unidade Central da Autarquia visando o aprimoramento da gestão, que terão alcance nas Unidades Jurisdicionadas, o alcance dos resultados institucionais ainda sofrem com tais reflexos.

Vamos avaliar aqui o status de cada componente solicitado, para fim de avaliação das atividades, planos, métodos e procedimentos utilizados pela Superintendência Regional do INCRA em Alagoas para assegurar a conformidade dos seus atos de gestão, visando o alcance das metas estabelecidas.

Ambiente de Controle – O Regimento Interno do INCRA prevê uma assessoria de planejamento para as superintendências regionais, que entre diversas atribuições, compete assessorar o gestor no diagnóstico de sua capacidade operacional, proposição de metas à Sede e monitoramento da execução física e orçamentária. Entendemos que esta assessoria, quando bem estruturada, pode também capacitar outros servidores e disseminar boas práticas administrativas e de gestão pública. Nesta regional, a assessoria de planejamento conta apenas com um servidor, e sem caráter exclusivo.

Entretanto, tal Assessoria vem desempenhando importante papel nesse fluxo de Controle, mediante o monitoramento constante dos dados lançados pelas Divisões do INCRA/Alagoas, nos principais Sistemas Cooperativos de avaliação das metas institucionais (SIR – Sistema de Informações Rurais, e Planilhas do Wiki). Tais Sistemas, além de delinearem e mensurem as metas institucionais, também servem de referência para a avaliação dos servidores da U.J.

Muito embora a Gestão do INCRA/Alagoas perceba os controles internos como essenciais, não possui, integralmente, a estrutura necessária e o amparo normativo institucionalizado adequado para sua plena adequação. As Normas de Execução e Instruções Normativas mostram-se eficazes em diversos casos, mas ainda não tão eficientes para o controle Interno, e pouco efetivas para o público beneficiário.

Os servidores das áreas finalísticas, que até então não possuíam conhecimentos específicos para vislumbrarem o controle interno como um processo plenamente válido (justifica-se tal situação em detrimento do perfil de formação técnica e respectivas atribuições institucionais, que são bastante voltados para realização de trabalhos de campo), começaram a participar de forma mais presente de discussões internas para o estabelecimento de novas rotinas visando o fortalecimento dos controles internos, sendo oportuno citar algumas capacitações que foram coordenadas pela Divisão de Desenvolvimento da U.J., envolvendo servidores de todas as áreas, acerca dos novos procedimentos relativos às atividades de Supervisão Ocupacional de lotes da Reforma Agrária.

No ano de 2016, apesar de ainda existir uma grande desmotivação por parte de vários servidores, quando foram demandados, pode-se observar um maior interesse em participar de processos de gestão, monitoramento ou aprimoramento de processos, visando conhecer melhor seu próprio papel em algumas atividades da Instituição.

Por outro lado, as delegações de autoridade e competência de cada cargo e função possuem definições claras das responsabilidades e são entendidas por todos. A estrutura é bem departamentalizada e as funções são bem segregadas dentro dos processos de competências da regional, com todos os prós e contras que essa estrutura administrativa acarreta.

Avaliação de Risco – No ano de 2016, o INCRA/Alagoas passou a adotar uma melhor postura administrativa no sentido de buscar uma avaliação de alguns riscos institucionais, sendo oportuno citar, como exemplo, a suspensão e o respectivo cancelamento de contrato de prestação de serviços de Assistência Técnica – ATER, que vinha acumulando débitos (o INCRA/Brasília não estava conseguindo disponibilizar os recursos tempestivamente), e a U.J., verificando o risco de existência de débitos trabalhistas em montantes que pudessem ocasionar em Reclamações Judiciais Trabalhistas contra a Autarquia, entendeu pela extinção do mesmo.

Nos últimos anos tem havido uma demanda à Sede, por parte de todas as regionais, na institucionalização deste elemento de controle interno na gestão. Em 2015 a Direção Central do INCRA formalizou criação de grupo de trabalho através da Portaria/INCRA/P/Nº2013 de 13 de maio de 2015, que elaborou a Política de Avaliação de Risco do INCRA, que está em fase de disseminação nas Unidades Regionais.

Procedimentos de Controle – Nesta regional os mecanismos de controle estão mais ligados a atividades e procedimentos. Em cada etapa do processo, as atividades foram sendo incorporadas à rotina de serviço ao longo do tempo, de forma empírica, repassadas aos novos pelos mais antigos. Já os procedimentos, estão personificados nas Normas de Execução, Instruções Normativas e Portarias existentes.

Ainda assim, é correto afirmar que esta U.J. adota instrumentos de controle que visam dotar as rotinas de requisitos mínimos de segurança, inclusive para uma melhor otimização dos recursos públicos e para a tomada de decisões. Citamos, como exemplo, a melhoria na qualidade da instrução de processos administrativos; o desenvolvimento de sistema interno de controle de documentos; de controle de programações de viagens de campo; de controle de dotações orçamentárias por Divisão; todos os pagamentos de despesas são previamente submetidos à análise contábil e documental dos respectivos fatos geradores e instrução processual que originou as despesas.

Apesar de buscarmos constantes melhorias nos procedimentos de controle, ainda existe uma crítica muito comum aos instrumentos existentes, pois nem todos são integrados, o que não os tornar, algumas vezes, integralmente eficientes.

Informação e Comunicação – para tratar deste elemento de controle, vamos subdividi-lo em dois grupos: Informações Técnicas, que são compostas por perícias, laudos, notas técnicas, despachos, dentre outros; e Informações de Gestão, que são o Plano Estratégico MDA/INCRA, o Plano de Metas e Créditos, os relatórios de execução física e orçamentária, dentre outros. No que tange às informações técnicas, podemos afirmar que - pelo seu caráter eminentemente legal e devidamente normatizado - são devidamente identificados, documentados, armazenados e tempestivamente informados a quem de direito. Possuem qualidade técnica suficiente, com conteúdo apropriado, preciso e disponível para subsidiar o gestor na tomada de decisão.

Com relação às informações de gestão, as mesmas são documentadas, e são de maior conhecimento dos gestores. Todavia, no ano de 2016, o corpo de servidores passou a obter maior conhecimentos sobre tais informações, mediante a realização de reuniões ampliadas

com os mesmos, oportunidade esta em que cada Gestor, divulgou aos mesmos (servidores), informações sobre diversos aspectos da gestão.

É certo que estas informações ainda não são integralmente utilizadas como ferramenta de trabalho, e ainda existem lacunas de conteúdo que dependem, em diversos casos, do Órgão Central (definição clara de Metas, estabelecimento de limites de dotações orçamentárias, por exemplo), além do mais, ainda precisamos aprimorar um planejamento mais detalhado a nível regional, de forma que possamos ter um sistema de monitoramento adequado e também um procedimento de avaliação de resultados institucionalizado. Mas tais medidas passam, também, por orientações do INCRA/AL.

Monitoramento – O monitoramento não se limita mais ao acompanhamento mensal da execução física e orçamentária. Esta é bastante relevante, pois além de subsidiar o gestor na tomada de decisão, serve para avaliação institucional da autarquia. Entretanto, com o advento do Acórdão nº 775/2016-TCU, a U.J. adotou novos critérios de monitoramento junto a Projetos de Assentamento, inclusive com a implantação das ações de Supervisão Ocupacional, e a instrução de processos administrativos próprios e específicos para tratar deste tema.

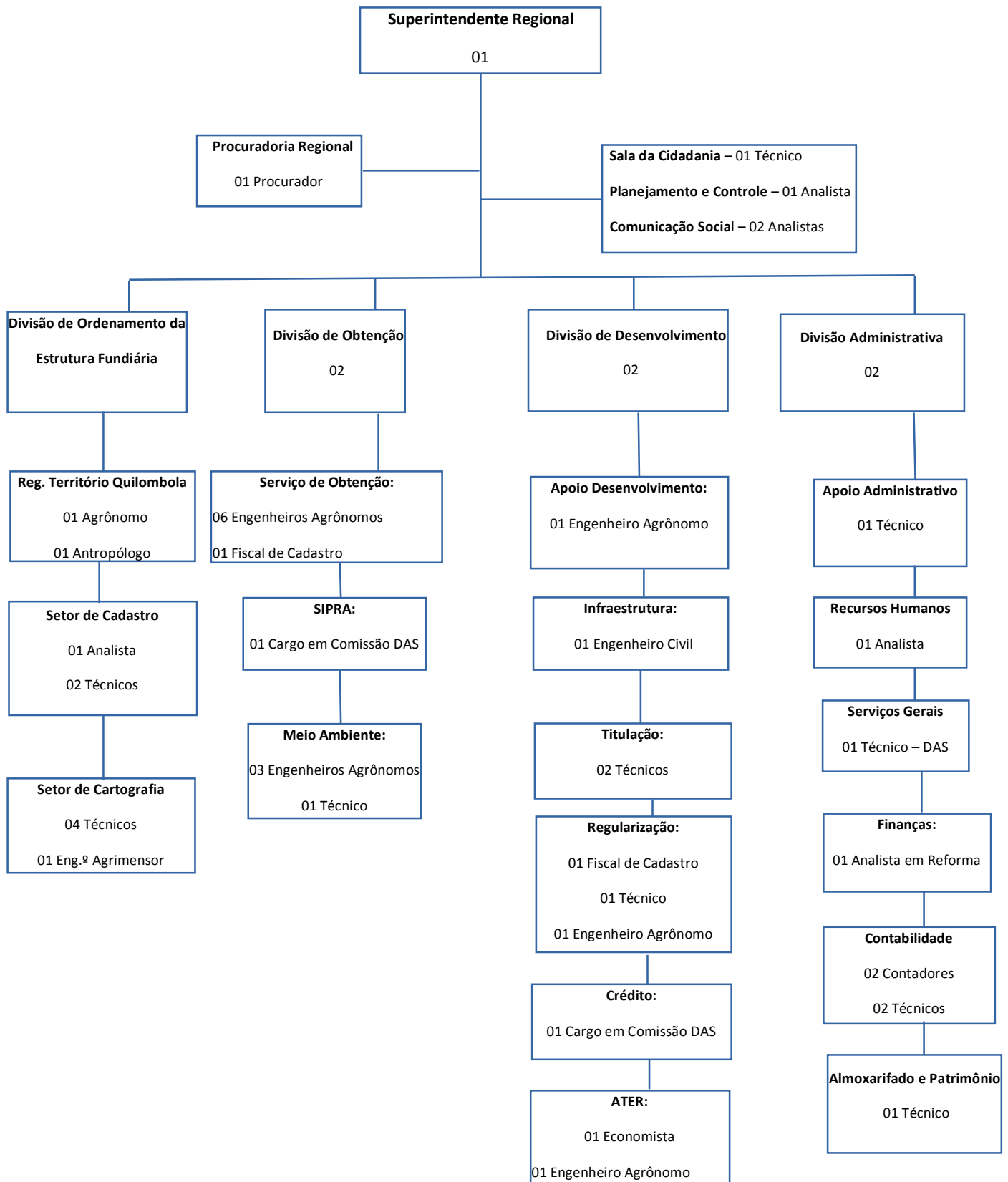
Apesar de ainda termos dificuldades em avaliar integralmente todos os riscos internos ou externos, e por isso, os mesmos ainda não serem integralmente monitorados, podemos afirmar a ocorrência de aprimoramentos nessas rotinas, conforme dito anteriormente.

A avaliação completa dos controles internos encontra-se no item 9.1.

5- Áreas especiais da gestão

5.1- Gestão de pessoas

5.1.1- Estrutura de pessoal da unidade



Análise da distribuição

Na SR-22/AL, temos atualmente 68 servidores efetivos e 07 cargos em comissão. Dos 68 servidores, 13 gozam do Abono de Permanência. Ou seja, 19% dos servidores já preencheram os requisitos para aposentadoria. E alguns ainda esperam nomeação em outros concursos. Há escassez de cargos essenciais para o funcionamento da SR, como Analista Administrativo (não temos nenhum) e Técnico Administrativo (só temos 02). Ressaltamos que a insatisfação e falta de motivação é geral, muito em decorrência da defasagem salarial, o que leva os servidores mais jovens a continuarem estudando para outros concursos. O número de servidores é reduzido, fato que tem uma clara tendência a piorar devido à iminente aposentadoria de servidores. Frequentemente, vemos servidores sobrecarregados com a demanda de serviço. Considerando a realidade atual, a distribuição dos servidores esta otimizada, levando em conta o que e considerado prioritário.

Indicadores relacionados

TABELA 1

Nº DO PROCESSO	SIGLA DE LOTAÇÃO (setor)	SR	UF	MATRÍCULA	NOME	DENOMINAÇÃO DO CARGO	NÍVEL	FUNÇÃO (DAS ou comissionado)	DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO DO CURSO
54360.000185/2016-68	CONVÊNIO	SR-22	AL	1499827	ADERSON FREDERICO DA SILVA	CONTADOR	SUPERIOR	NÃO	X	XIII SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
54360.000185/2016-68	DIV. ADM. (FINANÇAS)	SR-22	AL	1551260	MÁRCIA CRISINA PRASERES SOARES	ANALIST. REFORM. DESENV. AGRÁRIO	SUPERIOR	SIM	GESTORA DO SETOR DE FINANÇAS	XIII SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
54360.000185/2016-68	DIV. ADM. (CONTABILIDADE)	SR-22	AL	1499877	SÉRGIO AUGUSTO CORREIA GÔES	CONTADOR	SUPERIOR	NÃO	X	XIII SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
54360.000409/2016-31	PROCURADORIA	SR-22	AL	1873343	SÉRGIO DE SOUZA COSTA G. LINS	PROCURADOR	SUPERIOR	SIM	PROCURADOR	ENCONTRO DOS PROCURADORES DA PFE/INCRA

CONTINUAÇÃO DA TABELA ACIMA

ÁREA TEMÁTICA	DURAÇÃO DA AÇÃO	CATEGORIA DA AÇÃO	TIPO DE AÇÃO	FINALIDADE DA AÇÃO	MODALIDADE	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	TIPO DE INSTITUIÇÃO	INÍCIO DO CURSO (data)	TÉRMINO DO CURSO (data)	MÊS INÍCIO	MÊS TÉRMINO	CIDADE DE REALIZAÇÃO	UF	TIPO DE LOCALIZAÇÃO	CARGA-HORÁRIA (total)	VALOR DIÁRIAS (R\$)	VALOR PASSAGENS (R\$)	CUSTO COM INSCRIÇÃO (R\$)	ORIGEM RECURSO INSCRIÇÃO	TOTAL DE INVESTIMENTO
ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS	CURTA DURAÇÃO	APERFEIÇOAMENTO	CURSO	TÉCNICO OPERACIONAL	PRESENCIAL	ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA – ESAF	INSTITUIÇÃO PÚBLICA	07-11-16	11-11-16	NOVEMBRO	NOVEMBRO	SALVADOR	BA	EM OUTRA CIDADE DO PAÍS	40	1.475,60	400,00	400,00	CAPACITAÇÃO	2.275,60
ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS	CURTA DURAÇÃO	APERFEIÇOAMENTO	CURSO	TÉCNICO OPERACIONAL	PRESENCIAL	ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA – ESAF	INSTITUIÇÃO PÚBLICA	07-11-16	11-11-16	NOVEMBRO	NOVEMBRO	SALVADOR	BA	EM OUTRA CIDADE DO PAÍS	40	1.475,60	400,00	400,00	CAPACITAÇÃO	2.275,60
ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS	CURTA DURAÇÃO	APERFEIÇOAMENTO	CURSO	TÉCNICO OPERACIONAL	PRESENCIAL	ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA – ESAF	INSTITUIÇÃO PÚBLICA	07-11-16	11-11-16	NOVEMBRO	NOVEMBRO	SALVADOR	BA	EM OUTRA CIDADE DO PAÍS	40	1.475,60	400,00	400,00	CAPACITAÇÃO	2.275,60
DIREITO E JUSTIÇA	CURTA DURAÇÃO	APERFEIÇOAMENTO	SEMINÁRIO /CONGRESSO/CONFERÊNCIA/FÓRUM	GERENCIAL	A DISTÂNCIA	PFE/INCRA	INSTITUIÇÃO PÚBLICA	29/11/16	02/12/16	NOVEMBRO	DEZEMBRO	BRASÍLIA	DF	EM OUTRA CIDADE DO PAÍS	24	1221,3	923,8	X	X	

Nº DO PROCESSO	SIGLA DE LOTAÇÃO (setor)	SR	UF	MATRÍCULA	NOME	DENOMINAÇÃO DO CARGO	NÍVEL	FUNÇÃO (DAS ou comissionado)	DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO DO CURSO	ÁREA TEMÁTICA	DURAÇÃO DA AÇÃO	CATEGORIA DA AÇÃO	TIPO DE AÇÃO	FINALIDADE DA AÇÃO
X	SR-22/A	SR-22	AL	2474841	JOSEFA MARTA PEREIRA COSTA	ASSISTENTE SOCIAL	SUPERIOR	NÃO	X	ORIENTAÇÃO SOBRE APOSENTADORIA E SISAC	GESTÃO DE PESSOAS	CURTA DURAÇÃO	APERFEIÇOAMENTO	TREINAMENTO	TÉCNICO OPERACIONAL
X	SR-22/A	SR-22	AL	15495850	MIRELLA DE SOUZA LEÃO BRAGA BARRETO	ANALISTA REFORMA DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	SUPERIOR	NÃO	X	ORIENTAÇÃO SOBRE APOSENTADORIA E SISAC	GESTÃO DE PESSOAS	CURTA DURAÇÃO	APERFEIÇOAMENTO	TREINAMENTO	TÉCNICO OPERACIONAL

modalidade	instituição promotora (nome da instituição ou órgão promotor do evento)	tipo de instituição	início do curso (data)	término do curso (data)	mês início	mês término	cidade de realização	uf	tipo de localização	carga-horária (total)	valor diárias (r\$)	origem recursos_diárias	valor passagens (r\$)	origem recursos_passagens	custo com inscrição (r\$)	origem recurso inscrição	observação
presencial	inbra	instituição pública - outros	26-set-16	30-set-16	setembro	setembro	maceió	al	na cidade de trabalho do servidor	40	recurso da sede	recurso da sede	recurso da sede	recurso da sede	x	x	
presencial	inbra	instituição pública - outros	26-set-16	30-set-16	setembro	setembro	maceio	al	na cidade de trabalho do servidor	40	recurso da sede	recurso da sede	recurso da sede	recurso da sede	x	x	

Nº DO PROCESSO	SIGLA DE LOTAÇÃO (setor)	SR	UF	MATRÍCULA	NOME	DENOMINAÇÃO DO CARGO	NÍVEL	FUNÇÃO (DAS ou comissionado)	DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO DO CURSO	ÁREA TEMÁTICA
54360.000199/2016-81	Contabilidade	SR-22	AL	1499827	ADERSON FREDERICO DA SILVA	CONTADOR	SUPERIOR	NÃO	X	CURSO GESTÃO TRIBUTÁRIO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	LICITAÇÃO/CONTRATOS/CONVÊNIOS
54360.000199/2016-81	Div. Adm. (Finanças)	SR-22	AL	1551260	MARCIA CRISTINA PRASERES SOARES	ANAL. REF. DESENV. AGRÁRIO	SUPERIOR	NÃO	X	CURSO GESTÃO TRIBUTÁRIO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	LICITAÇÃO/CONTRATOS/CONVÊNIOS
54360.000199/2016-81	Contabilidade	SR-22	AL	1499877	SÉRGIO AUGUSTO CORREIA GÓES	CONTADOR	SUPERIOR	NÃO	X	CURSO GESTÃO TRIBUTÁRIO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	LICITAÇÃO/CONTRATOS/CONVÊNIOS

duração da ação	categoria da ação	tipo de ação	finalidade da ação	modalidade	instituição promotora (nome da instituição ou órgão promotor do evento)	tipo de instituição	início do curso	término do curso	mês início	mês término	cidade de realização	origem recurso inscrição	total de investimento
curta duração	aperfeiçoamento	curso	técnico operacional	presencial	open treinamentos e editora	privada	25-abr-16	27-abr-16	abril	abril	maceió	capacitação	2.100,00
curta duração	aperfeiçoamento	curso	técnico operacional	presencial	open treinamentos e editora	privada	25-abr-16	27-abr-16	abril	abril	maceió	capacitação	2.100,00
curta duração	aperfeiçoamento	curso	técnico operacional	presencial	open treinamentos e editora	privada	25-abr-16	27-abr-16	abril	abril	maceió	capacitação	2.100,00

6- Relacionamento com a sociedade

A superintendência atende um público diversificado constituído por grandes, médios e pequenos produtores, inclusive assentados, acampados e quilombolas dos diferentes contextos socioeconômicos e ambientais.

Desse modo, presta uma série de serviços, a exemplo da emissão e atualização de CCIR, atendimento às famílias assentadas e acampadas, especialmente na orientação quanto aos aspectos legais vigentes, bem como mediação para solução de conflitos, apoio para a melhoria das condições de vida das famílias em áreas de conflito e em assentamentos; acesso à documentação e fornecimento de declarações que servem para diversos fins, como a comprovação de endereço, a solicitação de benefícios previdenciários, o cadastro como produtor rural para a expedição da nota para a comercialização da produção e o acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP; a participação nas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, entre outros direitos reconhecidos pelo INCRA e por outras instituições.

Considerando que compete a Ouvidoria Agrária Regional, de acordo com a Portaria nº 20, de 08 de Abril de 2009: I – Prevenir e mediar conflitos agrários; II – Articular com Órgãos governamentais federais, estaduais e municipais e não governamentais para a garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; III – Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários e; IV – Outras atividades compatíveis com suas atribuições, a Ouvidoria verificou a importância da reativação do sistema de atendimento visando em especial cumprir o item III, além de poder oferecer encaminhamentos à prevenção e mediação, promoção de articulação com outros Órgãos governamentais, considerando-o fundamental inclusive para justificar ações, solicitação de recursos, eleição de prioridades, etc..

A Superintendência do INCRA em Alagoas, através da Divisão de Desenvolvimento, responsável pelas ações voltadas ao atendimento das famílias assentadas beneficiárias do Programa de Reforma Agrária, em articulação com a Ouvidoria Agrária, responsável em especial pelo atendimento às famílias acampadas, criou o Núcleo de Políticas Sociais com o objetivo, dentre outros, de também receber, processar e oferecer encaminhamentos às demandas dos assentados. O Núcleo também presta atendimento às famílias Quilombolas.

Após cada atendimento efetuado, um protocolo é entregue ao cidadão, facilitando o acompanhamento das demandas, tanto pelo cidadão, quanto pelos servidores da SR que atuam no atendimento ao público.

6.1- canais de acesso ao cidadão

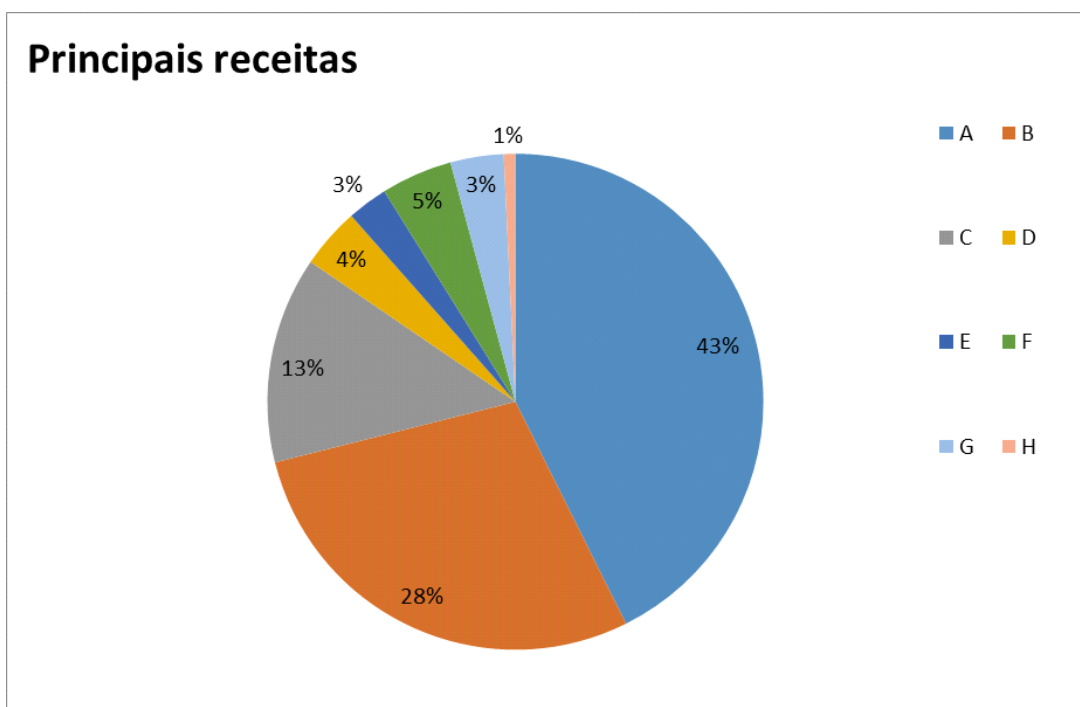
CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO À SUPERINTENDÊNCIA

Canais de Acesso	Assuntos
Site: http://www.incra.gov.br/al (telefone e e-mail institucional)	Gerais
Site: http://www.incra.gov.br/al (E-mails e telefones por Divisões/Chefias)	Específicos
Digital: Sala da Cidadania Digital	http://saladacidadania.incra.gov.br/
Presencial e Telefone: Sala da Cidadania	(82) 3201-1965
Presencial /Telefone e e-mail : Núcleo Social	(82) 3597-4785
Presencial/Telefone e e-mail: Ouvidoria Agrária Regional SR-22	(82) – 3594-4790

7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro

7.1- Desempenho orçamentário e financeiro do exercício

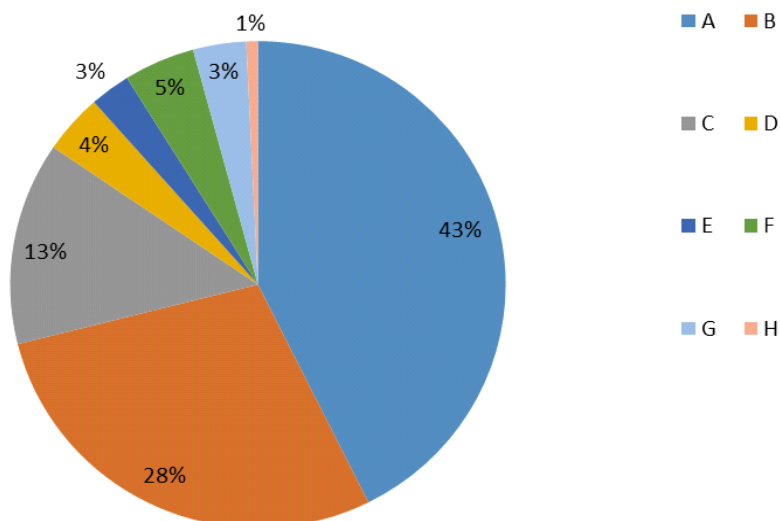
A Superintendência Regional no Estado de Alagoas - SR-22/AL é órgão descentralizado ao qual compete coordenar e executar as atividades de respectivas unidades, na área de atuação, definidas em regimento interno, assim, não se trata de Unidade Orçamentária - UO, portanto não recebe receitas diretamente da Lei Orçamentária Anual – LOA. Assim sendo, os recursos/créditos são descentralizados da Sede, em Brasília-DF, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária - INCRA. Nesse sentido, as informações consideradas como receitas são os créditos descentralizados e o gráfico e tabela abaixo demonstram os valores por origem dos recursos. Ainda não há definição do orçamento para 2017.



Principais receitas (em milhares de reais)	2014	2015	2016
Recursos Ordinários – Fonte 0100000000	2.077.991,21	3.508.399,24	633.213,61
Fundação Escola de Sociologia e Política SE São Paulo- Fonte 0100049101	116.690,00		
Taxa de Serviços Cadastrais – INCRA – Fonte 0175220021	16.452,41	21.000,00	
Cont.Ind.Rural/Adic.Contrib.Previdenc. INCRA – Fonte 0176370002	7.443.760,25	6.310.485,41	8.645.191,37
Receitas Diretas Arrecadadas – INCRA.R.D.A.	547.189,03		
Fundação Escola de Sociologia e Política SE São Paulo- Fonte 0100049101	6.000,00		
Cont.Ind.Rural/Adic.Contrib.Previdenc. INCRA – Fonte 0176370002	715.516,72		
Cont.Ind.Rural/Adic.Contrib.Previdenc. INCRA – Fonte 0176370002	160.310,84		
Tx/Mul.p/Poder de Polícia e Mul.Prov.Proc.Jud – Fonte 0174220021			7.500,00

Total	11.085.924,46	9.839.884,65	9.285.904,98

Principais despesas



Observa-se uma redução de aproximadamente 43,30% dos valores descentralizados, quando comparados com o exercício anterior.

Principais despesas (em milhares de reais)	2014	2015	2016
DIÁRIAS – PESSOAL	748.447,33	652.696,63	449.773,14
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	104.565,10	53.079,00	82.822,00
MATERIAL DE CONSUMO	295.235,90	51.275,00	126.568,06
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PF	185.928,90	205.194,07	183.881,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	3.151.581,94	2.948.206,39	6.358.554,18
LOCAÇÃO DE MÃO OBRA	702.575,80	1.279.435,05	1.801.130,69
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	3.560,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	4.117,51	2.566,68	5.659,02
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ INTRA	14.334,64	2.809,61	25.900,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS – INTRA ORÇAMENTARIA	1.150,00	927,00	176,00
CONTRIBUIÇÕES – PRONERA	1.465.861,50	681.840,00	0,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.447,15	0,00	3.786,27
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	65,55
AUXÍLIO FUNERAL E NATALIDADE	3.332,03	8.902,28	9.206,98
Total	6.690.137,80	5.886.931,73	9.285.904,98

7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Demonstração contábil/notas	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-22---
-----------------------------	---

explicativas	alagoas
Balanco Financeiro	http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-22---alagoas/balanco_financeiro_2016.pdf
Balanco Orçamentário	http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-22---alagoas/balanco_orcamentario_2016.pdf
Balanco Patrimonial	http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-22---alagoas/balanco_patrimonial_2016.pdf
Demonstrações das Variações Patrimoniais	http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-22---alagoas/demonstracao_das_variacoes_patrimoniais_2016.pdf
Demonstração Fluxo de Caixa	http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-22---alagoas/demonstracao_do_fluxo_de_caixa_2016.pdf

Não há notas explicativas a explicar.

7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

7.3.1 Empréstimos concedidos

No exercício 2016 houve a aplicação efetiva dos créditos instalação para as famílias assentadas nas modalidades Apoio Inicial I, Fomento Mulher e a emissão de Guias de Recolhimento da União – GRU, para liquidação desses créditos, bem como a remissão de créditos de instalação, concedidos a assentados da Reforma Agrária de acordo com a Lei 13.001/2014.

Com o advento da implantação do Sistema Nacional de Concessão de Crédito Instalação SNCCI verificou-se uma acentuada melhora na concessão, aplicação e saneamento dos créditos concedidos e aplicados aos assentamentos, bem como melhor adequação na instrução dos processos individuais de concessão de crédito.

7.3.2 Créditos a receber de parceiros

Para recebimento dos créditos concedidos aos assentados, estão sendo emitidas as guias de recolhimento da União – GRU e entregues pessoalmente aos mesmos, com um prazo prévio considerável antecedente a data de pagamento, para que não haja perda dos direitos aos rebates de concessão de crédito.

8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Acórdão 775/2016 TCU- Plenário	8.1.1	Suspensão cautelar dos processos de seleção e assentamento de novos beneficiários. Suspensão de novos pagamentos e remissões dos créditos de reforma agrária. Suspensão do acesso a outros benefícios e políticas públicas atrelados aos benefícios da reforma agrária.	A SR-22 elaborou um Plano de Providências que se encontra em execução desde 2016. Suspensão e posterior rescisão do Contrato 2000/2013, inclusive com a não realização de pagamentos de serviços prestados em decorrência dos efeitos do citado Acórdão. Em que pese a publicação da MP 759/16, a seleção de famílias continua com bloqueios no SIPRA, e a SR-22/AL continua aguardando o desbloqueio respectivo e as possíveis orientações normativas que deverão ser emitidas pelo INCRA/ALDE/DF.
ACÓRDÃO Nº 7736/2015 - TCU – 1ª Câmara	a	Descumprimento da Portaria Incra 352/2013 no restabelecimento do crédito instalação para projetos de assentamento da SR-22	
ACÓRDÃO Nº 7736/2015 - TCU – 1ª Câmara	b	Ausência de registro dos imóveis desapropriados para fins de reforma agrária em contas contábeis específicas, em descumprimento ao item 9.2.6 do acórdão 557/2004-TCU-Plenário;	Foi autuado um processo administrativo sob nº 54360.000574/2015-11, buscando acompanhamento e monitoramento desta demanda. Assim, foi realizado uma reunião entre a Gestão com a presença do Setor de Planejamento, Procuradoria, Divisão Administrativa e Setor de Contabilidade da SR em que ficou traçado: I. Elaborar uma Ordem de Serviços para andamento processual; II. Elaborar um plano de ação (Obtenção e Setorial Contábil) para darmos andamento o lançamento destes KIT's, III. Projeção informada pela Chefe da Obtenção: 43 (Kits – 2016), 64 (Kits – 2017) e 64 (Kits – 2018),
ACÓRDÃO Nº 7736/2015 - TCU – 1ª Câmara	c	Ausência de cronograma para levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados para fins de reforma agrária no exercício e nos anos anteriores, conforme prevê o item 6.2 do anexo	Foi autuado um processo administrativo sob nº 54360.000574/2015-11, buscando acompanhamento e monitoramento desta demanda. Assim, foi realizado uma reunião entre a Gestão com a

		II, parte C, da Decisão Normativa TCU 127/2013	presença do Setor de Planejamento, Procuradoria, Divisão Administrativa e Setor de Contabilidade da SR em que ficou traçado: I. Elaborar uma Ordem de Serviços para andamento processual; II. Elaborar um plano de ação (Obtenção e Setorial Contábil) para darmos andamento o lançamento destes KIT's, III. Projeção informada pela Chefa da Obtenção: 43 (Kits – 2016), 64 (Kits – 2017) e 64 (Kits – 2018),
ACÓRDÃO Nº 221/2014 - TCU – 1ª Câmara	1.7.1.1	1.7.1.1. adote as medidas cabíveis, no âmbito do procedimento administrativo disciplinar, caso comprovada a responsabilidade de agente público por descumprimento de procedimento regulamentar no processo de aquisição do imóvel rural “Matas de Gajuru”, inclusive instaurando a devida tomada de contas especial, se verificada a ocorrência de dano ao erário;	O Incra adotou as medidas cabíveis, instaurando Processo administrativo disciplinar que encontra-se em fase final de julgamento (processo n.º 54000.001176/2012- 50). O processo foi analisado pelo Incra e encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, onde está em análise na CONJUR, para posterior julgamento pelo Ministro do MDA.
ACÓRDÃO Nº 221/2014 - TCU – 1ª Câmara	1.7.1.1	Faça constar, dos próximos relatórios de gestão anuais do Incra/AL, registro específico sobre o andamento das ações judiciais e do processo administrativo disciplinar que tratam da desapropriação da Fazenda Matas do Gajuru, até o seu total deslinde;	As ações judiciais instauradas estão em curso, ainda sem o trânsito em julgado, bem como, o processos administrativos disciplinar está em fase de julgamento. Seguem os relatórios de andamento das ações judiciais de n.º 0005929-11.2011.4.05.8000 e 0000459-62.2012.4.05.8000. Uma vez concluídos os processos, o Incra atenderá às determinações do Tribunal de Contas da União.

8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da Deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Relatório CGU 201503944/2016	8.2.1	Fiscalização realizada pela CGU/AL nos Contratos de ATER 39000/2010 e 2000/2013, com o registro de constatações referentes a impropriedades detectadas	A SR-22 apresentou respostas para todas as constatações, ocasionando, inclusive, a suspensão preventiva dos serviços e posterior rescisão dos contratos, pois, além do débito financeiro existente, houve também a motivação prudencial da gestão em decorrência de Relatório de Fiscalização do TCU/AL que apontou indícios de irregularidades nos serviços prestados, não sendo, neste caso, emitidas determinações pelo citado Órgão de Controle Externo.

8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário

Informações sobre Tomadas de Contas Especiais (TCEs) instauradas pela Superintendência					
Não analisadas <i>Prazo de análise</i>		Prestações de contas de convênios e contratos de repasse		Analisadas <i>Resultado</i>	
Montante	-	Montante	-	Montante	-
Vigentes	-	Analisadas	-	Aprovadas	-
Vencidos	-	Não analisadas	-	Não aprovadas	-
				TCEs	-

Análise

8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Em relação ao Cronograma de Pagamentos de Obrigações do INCRA/SR 22, importante informar que, na medida do possível, é respeitada uma ordem cronológica no que diz respeito ao período de tempo em que a nota fiscal é apresentada, até o dia de sua liquidação com envio da ordem bancária para pagamento, conforme dispõe o art. 5º da Lei 8.666/93.

Todavia, os pagamentos são realizados na medida em que os produtos/serviços são entregues e as notas fiscais são devidamente conferidas, atestadas e entregues ao setor competente para liquidação e pagamento, juntamente com as demais documentações previstas em Lei e nos próprios instrumentos de Contratos, podendo ocorrer eventuais atrasos no pagamento em virtude da não regularidade do fornecedor/prestador de serviços, e/ou falta de tempestividade no repasse de recursos pelo Governo Federal.

É importante frisar que o INCRA/Alagoas (SR-22/AL) não possui recursos orçamentários e financeiros próprios, e que nossas ações dependem exclusivamente das descentralizações oriundas do INCRA de Brasília/DF.

Desde o exercício de 2014, esta Unidade tem sofrido com as dificuldades para os repasses de recursos orçamentários e financeiros, situação está que se agravou bastante no decorrer do ano de 2016, sendo imperioso afirmar e deixar claro que não somos os responsáveis pelas liberações financeiras e orçamentárias, que possibilitariam atendermos as emissões de empenho ordinários e os pagamentos da SR, mas sim a Sede através da Coordenação de Finanças – DAF.

Após o recebimento da nota fiscal e verificado que o produto/Serviço foi entregue, o fiscal do contrato elabora o respectivo relatório e registra a medição no SIASG/SICON. Depois disso, a

nota fiscal e demais documentações passam pelo crivo contábil, os quais, após análise, podem ser consideradas aptos ou não para pagamento.

Após esse momento, os autos são encaminhados para o Serviço de Orçamento e Finanças, onde é verificada a regularidade fiscal, e outros quesitos necessários ao pagamento, e após isso realizamos a apropriação a despesa no SIASG (contratos registrados no SICON) e SIAFI (outros tipos de contrato ou outras despesas).

Passada essa fase de apropriação da despesa, podemos inferir que a despesa está totalmente apta ao pagamento, necessitando apenas de recursos financeiros para finalizá-lo. Acontece que, geralmente, e devido aos acontecimentos dos últimos exercícios, ou seja, o aprofundamento da crise econômica no Brasil, dificilmente temos recursos financeiros na conta de Limite de Saque - 111122001 para saldar nossos débitos que estão apropriados, por que dependemos da liberação dos recursos da Sede, via Coordenação Geral de Finanças - DAF.

Desta forma, podemos informar que, após repassarmos à Sede os valores necessários para as despesas apropriadas, podem acontecer 03(três) situações:

- a) A Sede libera o valor financeiro total necessário para atender a todas as despesas apropriadas;
- b) A Sede demora a liberar o valor financeiro total necessário ao que está apropriado, às vezes mais de um mês, ou 03(três) meses, como já aconteceu;
- c) A Sede libera apenas parte do valor financeiro total necessário, insuficiente para quitar os débitos;

Na situação A, cumprimos à risca o disposto no art.5º da Lei 8.666/1993, ou seja, a ordem cronológica de pagamento.

Na situação B, os valores vão se avolumando mais e mais, e os recursos apropriados viram uma bola de neve, mas de qualquer forma procuramos cumprir o disposto no art.5º da Lei 8.666/1993, na medida do possível.

Na situação C, como os valores liberados são insuficientes, às vezes o Ordenador prefere honrar despesas menores, ao invés de despesas maiores, ou seja, com R\$ 500 mil prefere pagar dez despesas de R\$ 50 mil a uma de R\$ 500 mil, mas sempre levando em conta o disposto no art.5º da Lei 8.666/1993.

Desta forma, informo que em condições normais de repasse financeiro sempre buscamos cumprir o disposto no art.5º da Lei 8.666/1993, assim como em condições não normais com algumas ressalvas, conforme situação C, prezando sempre para a motivação do ato administrativo, transparência, publicidade e probidade do gasto público.

9- Anexos e apêndices

9.1-Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ

Complementa informações do item 4.2.3

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
1	Ambiente de controle					
1.1	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
1.2	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
1.3	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
1.4	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
1.5	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
1.6	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
1.7	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
1.8	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
1.9	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
2	Avaliação de risco					
2.1	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
2.2	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
2.3	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
2.4	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
2.5	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
2.6	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
2.7	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de					X

	fragilidades nos processos internos da unidade.					
2.8	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
2.9	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
3	Procedimentos de controle					
3.1	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
3.2	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
3.3	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
3.4	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
4	Informação e comunicação					
4.1	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
4.2	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
4.3	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
4.4	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
4.5	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
5	Monitoramento					
5.1	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
5.2	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
5.3	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
	Legenda dos valores					
	• Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente não observado</u> no contexto da UJ. • Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>pouco observado</u> no contexto da UJ. • Neutra: Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. • Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>muito observado</u> no contexto da UJ. • Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente observado</u> no contexto da UJ.					

9.2- Resultados do atendimento ao público externo

Complementa informações do item 5.1

Serviço	Demanda	Qtde. atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
Aquisição de Imóveis por estrangeiros	-	-	-	-	-
Desmembramento abaixo da Fração Mínima de Parcelamento	-	-	-	-	-
Parcelamento de imóveis rurais para fins urbanos	-	-	-	-	-
Atualização cadastral	-	-	-	-	-
Cancelamento por descaracterização de imóvel rural	-	-	-	-	-

Demandas registradas pela Ouvidoria em 2016			
<i>Demanda e atendimento de registros feitos por intermédio da Ouvidoria do INCRA Sede que se referem à atuação da Superintendência</i>			
Natureza da demanda	Quantidade de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo
Atendimento de denúncias	-	-	-
Prevenção de tensão social no campo	-	-	-
Mediação de conflitos	-	-	-
Declaração de acampados	-	-	-
Articulação com órgãos para garantia de direitos humanos e sociais	-	-	-
Cadastramento (Informações)	-	-	-
Realização de Visitas em campo	-	-	-
Realização de reuniões ampliadas com movimentos sociais	-	-	-
Cadastramentos	-	-	-
Entrega de cestas de alimentos	-	-	-
TOTAL GERAL	-	-	-

--	--	--	--

9.3- Memória de cálculo dos indicadores

Complementa informações do item 3.3 e do item 7.1.3

9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares

NÚMERO DE ATENDIMENTOS DO NÚCLEO DE POLÍTICAS SOCIAIS POR ASSUNTO E CANAIS DE ACESSO REFERENTE AO ANO 2016					
ASSUNTO	TELEFONE	EMAIL	PRESENCIAL	TOTAL GERAL	%
Consulta de Bloqueio TCU	-	-	-	-	-
Conflito Agrário	-	-	-	-	-
Emissão de DAP	-	-	-	-	-
Certidão de Assentado	-	-	-	-	-
Certidões filhos de Assentados	-	-	-	-	-
Crédito Instalação	-	-	-	-	-
Entrega de Documentação Notificação Acórdão TCU nº 775/2016	-	-	-	-	-
Notificação Acórdão TCU nº 775/2016	-	-	-	-	-
Regularização de Lotes	-	-	-	-	-
Sobre Projetos	-	-	-	-	-
Denúncia	-	-	-	-	-
Notificação	-	-	-	-	-
Quilombolas	-	-	-	-	-
Total geral	-	-	-	-	-
%	-	-	-	-	-

FONTE: NÚCLEO DE POLÍTICAS SOCIAIS – INCRA/AL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	8.800.149,75	9.705.993,54
Ordinárias	-	-	Ordinárias	625.547,72	3.483.105,89
Vinculadas	-	-	Vinculadas	8.174.602,03	6.222.887,65
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	8.174.602,03	6.222.887,65
Transferências Financeiras Recebidas	9.240.509,22	10.533.950,64	Transferências Financeiras Concedidas	613.121,60	5.982,15
Resultantes da Execução Orçamentária	5.077.928,22	5.335.938,63	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	5.077.928,22	5.335.938,63	Independentes da Execução Orçamentária	613.121,60	5.982,15
Independentes da Execução Orçamentária	4.162.581,00	5.198.012,01	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	48.885,61	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	4.162.581,00	5.197.754,64	Movimento de Saldos Patrimoniais	564.235,99	5.982,15
Movimentação de Saldos Patrimoniais		257,37	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	4.007.092,21	3.871.293,47	Despesas Extraorçamentárias	3.834.358,50	4.730.382,12
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	113.431,95	933.278,08	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	906.326,45	1.412.095,94
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.329.356,59	2.885.783,73	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.926.859,65	3.276.226,75
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-6.024,15	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	570.327,82	52.231,66	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.172,40	42.059,43
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		46.249,51	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	1.172,40	42.059,43
Arrecadação de Outra Unidade	564.235,99	5.982,15			
Demais Recebimentos	6.091,83				
Saldo do Exercício Anterior	57.934,69	95.048,39	Saldo para o Exercício Seguinte	57.906,27	57.934,69
Caixa e Equivalentes de Caixa	57.934,69	95.048,39	Caixa e Equivalentes de Caixa	57.906,27	57.934,69
TOTAL	13.305.536,12	14.500.292,50	TOTAL	13.305.536,12	14.500.292,50

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-	-

Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
DESPESA				

Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	8.800.149,75	5.470.793,16	5.357.361,21	-8.800.149,75
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	8.800.149,75	5.470.793,16	5.357.361,21	-8.800.149,75
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	8.800.149,75	5.470.793,16	5.357.361,21	-8.800.149,75
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-

--	--	--	--	--	--

SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT			8.800.149,75	8.800.149,75
TOTAL	-	-	8.800.149,75	8.800.149,75
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	8.800.149,75	5.470.793,16	5.357.361,21	-8.800.149,75
TOTAL	-	-	8.800.149,75	5.470.793,16	5.357.361,21	-8.800.149,75

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	265,40	940.163,35	906.326,45	33.836,90	265,40
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	265,40	940.163,35	906.326,45	33.836,90	265,40
DESPESAS DE CAPITAL	1.995,80	-	-	1.995,80	-
Investimentos	1.995,80	-	-	1.995,80	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	2.261,20	940.163,35	906.326,45	35.832,70	265,40

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	426.443,12	2.885.783,73	2.982.598,24	2.926.859,65	292.623,50	92.743,70
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	426.443,12	2.885.783,73	2.982.598,24	2.926.859,65	292.623,50	92.743,70
DESPESAS DE CAPITAL	1.024.317,81	-	-	-	1.024.317,81	-
Investimentos	707.780,15	-	-	-	707.780,15	-
Inversões Financeiras	316.537,66	-	-	-	316.537,66	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.450.760,93	2.885.783,73	2.982.598,24	2.926.859,65	1.316.941,31	92.743,70

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

[illegible]

Bens Imóveis	90.952.485,93	90.952.485,93			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-28.183,30	-8.578,91			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	15.727,97	15.727,97			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	15.727,97	15.727,97			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	15.727,97	15.727,97			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	443.081.662,44	442.799.410,15	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	443.081.662,44	442.799.410,15
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	57.906,27	57.934,69	PASSIVO FINANCEIRO	3.547.114,94	5.284.505,96
ATIVO PERMANENTE	443.023.756,17	442.741.475,46	PASSIVO PERMANENTE	-	-

						SALDO PATRIMONIAL			439.534.547,50	437.514.904,19
Quadro de Compensações										
ATIVO						PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO		2016	2015	ESPECIFICAÇÃO		2016	2015			
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos				ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos						
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		674.223,68	675.082,01	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		8.764.899,51	14.330.826,79			
Execução dos Atos Potenciais Ativos		674.223,68	675.082,01	Execução dos Atos Potenciais Passivos		8.764.899,51	14.330.826,79			
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		674.223,68	675.082,01	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut		-	-			
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong		-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên		-	-			
Direitos Contratuais a Executar		-	-	Obrigações Contratuais a Executar		8.764.899,51	14.330.826,79			
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-			
TOTAL		674.223,68	675.082,01	TOTAL		8.764.899,51	14.330.826,79			

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-533.433,36
Recursos Vinculados	-2.955.775,31
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-2.955.775,31
TOTAL	-3.489.208,67

SUBTÍTULO 373051 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-IN CRA/SR-22

ÓRGÃO SUPERIOR 22201 - INSTIT. NAC. DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	12.683.296,98	17.607.576,67
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-

Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.416.339,57	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	11.866,93	-
Variações Monetárias e Cambiais	1.404.472,64	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	9.939.057,56	17.259.928,37
Transferências Intragovernamentais	9.240.509,22	10.533.950,64
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-

Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	698.548,34	6.725.977,73
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	210.641,29	341.666,15
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	181.693,86	288.353,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	28.947,43	53.313,15
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.117.258,56	5.982,15
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.117.258,56	5.982,15
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.936.365,28	9.321.408,99
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9.206,98	5.471,63
Aposentadorias e Reformas	-	-

Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9.206,98	5.471,63
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	8.483.216,39	9.190.550,39
Uso de Material de Consumo	82.532,83	52.775,78
Serviços	8.381.079,17	9.063.417,48
Depreciação, Amortização e Exaustão	19.604,39	74.357,13
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	3.443.765,91	5.982,15
Transferências Intragovernamentais	613.121,60	5.982,15
Transferências Intergovernamentais	2.830.644,31	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	3.024,57
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-

Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	3.024,57

SUBTITULO 373051 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRA/SR-22

ORGAO SUPERIOR 22201 - INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	176,00	112.949,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	176,00	112.949,60
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	3.430,65
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	3.430,65
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	746.931,70	8.286.167,68

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015